



Publicação conjunta no DGL nº 23, de 10/02/09
Servidor: *Luiz* Matrícula: 173737

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 43ª
(QUADRAGÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,**

DE 11 DE DEZEMBRO DE 2008.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 12 2008	10h30min	43ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	1

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Geraldo Naves a secretariar os trabalhos da Mesa.

Estão presentes os Deputados Geraldo Naves, Berinaldo Pontes, Benício Tavares, Reguffe e Leonardo Prudente.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 12 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Estão presentes 12 Deputados, não havendo, portanto, *quorum* para deliberação.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria pedir a V.Exa. que suspendesse a sessão por alguns minutos para que pudéssemos, além de discutir a pauta, verificar quais matérias já entrarão em votação nesta manhã.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Já há *quorum* para deliberação das matérias, com a chegada da Deputada Eurides Brito e do Deputado Raimundo Ribeiro.

Mais uma vez, quero lembrar aos Parlamentares que indiquem os projetos para apreciação neste plenário. Aproveito também para pedir à Assessoria de Plenário que providencie iluminação e som para a galeria.

Como já há *quorum*, passaremos à deliberação das matérias sobre as quais já existe consenso.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA

Item nº 36:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 590, de 2007, de autoria do Deputado Bispo Renato, que "dispõe sobre deveres no recebimento de produtos viciados para reparos e estabelece as informações que devem ser fornecidas ao consumidor".

Quero informar aos Parlamentares que este projeto de autoria do Deputado Bispo Renato já recebeu parecer favorável da Comissão de Defesa do Consumidor. Portanto, resta a este Plenário apreciar o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Eurides Brito, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 590, de 2007, de autoria do Deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	3

Bispo Renato, que "dispõe sobre deveres no recebimento de produtos viciados para reparos e estabelece as informações que devem ser fornecidas ao consumidor".

O projeto já foi aprovado na Comissão de Defesa do Consumidor, que fez a análise do mérito.

Sob o ponto de vista de constitucionalidade, portanto da qualificação desta Casa Legislativa para apreciar a matéria, não temos dúvidas, nosso parecer é pela admissibilidade do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 590, de 2007.

Concedo a palavra ao Deputado Berinaldo Pontes.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Srs. pares, eu gostaria de chamar a atenção para esta matéria de autoria do Deputado Bispo Renato, que "dispõe sobre deveres no recebimento de produtos viciados para reparos e estabelece as informações que devem ser fornecidas ao consumidor". Pedi para discutir essa matéria porque o Deputado Bispo Renato foi muito feliz ao propor a esta Casa do Povo uma lei, de fato, necessária, uma vez que precisávamos ter algo que ordenasse, algo que pudesse cobrar da outra parte uma resposta necessária, porque muitas vezes o consumidor é tocado de um lado para o outro e não tem nenhum marco regulatório que o defenda, que o atenda.

Portanto, serei favorável e parabenizo o Deputado Bispo Renato. Esta Casa fará justiça, mais uma vez, aos consumidores do Distrito Federal. O Deputado Bispo Renato poderá contar com o nosso voto favorável ao seu projeto de lei.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Agradeço ao Deputado Berinaldo Pontes.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 12 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	4

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Registro a presença do Deputado Wilson Lima e a do Deputado Milton Barbosa, perfazendo um *quorum* de 16 Parlamentares.

Item nº 70:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.054, de 2008, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que "dispõe sobre os critérios para a adoção de material pelos estabelecimentos de ensino da rede privada e dá outras providências".

A matéria ainda não recebeu parecer das comissões.

A Presidência designa o Deputado Bispo Renato para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato, que emita parecer da Comissão de Educação e Saúde sobre a matéria.

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação e Saúde ao Projeto de Lei nº 1.054, de 2008, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que "dispõe sobre os critérios para a adoção de material pelos estabelecimentos de ensino da rede privada e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Educação e Saúde, somos pela admissibilidade do presente projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Registro a presença do Deputado Raad Massouh.

Em discussão o parecer da Comissão de Educação e Saúde. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Eurides Brito, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, avoco a relatoria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	43ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	5

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.054, de 2008, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que "dispõe sobre os critérios para a adoção de material pelos estabelecimentos de ensino da rede privada e dá outras providências".

A questão, à primeira vista, parece ser relação comercial - porque se trata de estabelecimento privado de ensino - entre pais e escola. Mas o que o Deputado aborda em seu projeto de lei não diz respeito às questões pedagógicas, mas à relação de consumo. É mais um projeto que tem relação com o consumidor, um contrato entre a instituição de ensino e o consumidor que aloca os serviços do que propriamente um projeto da área de Educação. Portanto, não vemos nenhuma inconstitucionalidade. Ao contrário, temos de louvar matéria que defende os usuários, no caso os pais, que devem ter conhecimento, durante o período de matrícula, da lista de material necessário ao aluno para não serem obviamente surpreendidos no decorrer do período letivo.

Outro parágrafo muito importante do projeto é o que faculta aos pais ou responsáveis optar entre o fornecimento integral do material escolar no ato da matrícula ou a entrega parcial, segundo os quantitativos de cada unidade.

Devemos louvar a iniciativa do Deputado Raimundo Ribeiro e dizer que os pais realmente ficam bastante protegidos com o conteúdo desse projeto de lei.

Somos pela admissibilidade. É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Informo a presença do Líder da bancada do PT, Deputado Cabo Patrício.

Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Parlamentares.

O Projeto de Lei nº 1054, de 2008, está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 17 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental, vai para apreciação em segundo turno.

Item nº 68:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	6

Discussão e **votação**, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 768, de 2008, de autoria da Deputada Eurides Brito, que "proíbe a venda de combustíveis inflamáveis para pessoas menores de dezoito anos, nos postos de abastecimento de veículos, no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para anunciar a presença entre nós do Deputado Raad Massouh, Presidente da Comissão de Educação e Saúde da Câmara Legislativa.

Esta Presidência designa o Deputado Bispo Renato para emitir parecer sobre a matéria.

Srs. Deputados, antes de o Deputado Bispo Renato proferir seu parecer, esta Presidência quer anunciar que a matéria anterior, Projeto de Lei nº 1.054, de 2008, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, recebeu parecer favorável de todas as comissões, inclusive da Comissão de Constituição e Justiça, proferido pela Deputada Eurides Brito, com a aprovação de 16 Parlamentares presentes em plenário.

Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato, que emita parecer da Comissão de Segurança sobre a matéria.

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, trata-se do Projeto de Lei nº 768, de 2008, de autoria da Deputada Eurides Brito, que "proíbe a venda de combustíveis inflamáveis para pessoas menores de dezoito anos nos postos de abastecimento de veículos no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

No âmbito desta Comissão de Segurança, somos pela admissibilidade do presente projeto de lei.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Agradeço ao Deputado Bispo Renato.

Em discussão o parecer da Comissão de Segurança. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Parlamentares.

Já contamos com a presença da Deputada Jaqueline Roriz e a do Deputado Rogério Ulysses.

Esta Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	7

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Uma, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, trata-se do parecer ao Projeto de Lei 768, de 2008, de autoria da Deputada Eurides Brito, que "proíbe a venda de combustíveis inflamáveis para pessoas menores de dezoito anos nos postos de abastecimento de veículos no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

Nós fizemos minucioso estudo a respeito do assunto, que é pertinente e necessário. Portanto, nosso parecer é pela sua admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Em discussão o parecer.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Parlamentares.

Esta Presidência designa o Deputado Pedro do Ovo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Pedro do Ovo, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 768, de 2008, de autoria da Deputada Eurides Brito, que "proíbe a venda de combustíveis inflamáveis para pessoas menores de dezoito anos nos postos de abastecimento de veículos no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

No âmbito desta Comissão, somos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Em discussão o parecer.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 12 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	8

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Parlamentares.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 768, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

Passaremos à apreciação do item nº 66, de autoria do Deputado Reguffe.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero solicitar ao Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente, que faça contato com os técnicos da SEDUMA para que eles retornem à Vice-Presidência, onde se encontram técnicos do IBAMA, do Instituto Chico Mendes e do Ministério do Meio Ambiente, porque estava acontecendo uma reunião, e com grande indelicadeza os técnicos da SEDUMA levantaram e se retiraram.

São técnicos do Governo Federal, que tem mantido uma boa relação com o Governo do Distrito Federal, e fica muito mat, em uma discussão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT -, adotar uma atitude como essa!

Então, quero pedir ao Líder do Governo que faça esse contato para que eles retornem. Senão, vamos, inclusive, comunicar ao Ministro Carlos Minc essa atitude. Porque a bancada do PT e os Parlamentares desta Casa têm tido todo o empenho em discutir exaustivamente o PDOT, que é um tema muito importante. E uma atitude dessas coloca por terra tudo o que está sendo construído.

Solicito ao Líder do Governo que faça contato com os técnicos a fim de que eles retornem à reunião.

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas observar a V.Exa. que aqui é o campo do debate, o campo das ideias e nunca o campo da pessoalização ou da adjetivação. O que não pode ocorrer é a ausência do debate e a falta de elegância. Isso pessoaliza o processo. Faço esta



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 12 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	9

observação porque os técnicos da SEDUMA têm sido extremamente propensos e inclinados ao debate.

O Secretário Taniguchi chegou a me dizer que estava inteiramente à disposição.

Quero reforçar a ponderação do Líder Deputado Cabo Patrício,

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a informação que tenho não é exatamente essa.

Há vários técnicos da SEDUMA, entre eles a Sra. Rejane e o Sr. Danilo. A Sra. Rejane, que é Subsecretária, está à disposição dos técnicos do PT e do IBAMA. Ela continua na sala. Apenas o Secretário-Adjunto, Sr. Danilo, teve de se ausentar por alguns momentos para poder analisar as emendas. Eles só estão dividindo as tarefas e as funções. Não há demérito ou desprestígio em relação a esse assunto.

Eu queria apenas trazer esse esclarecimento ao Deputado Chico Leite e ao Deputado Paulo Tadeu.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Solicito aos Líderes que façam os devidos encaminhamentos em relação a essa matéria.

A CEOF está encaminhando o Projeto de Lei nº 274 na forma de seu substitutivo. Enquanto o processo não chega, passaremos ao item nº 43.

Item nº 43:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 995, de 2008, de autoria do Deputado Raad Massouh (DEM), que "torna obrigatória às pessoas jurídicas com sede e/ou filial instalada no âmbito do Distrito Federal, assim como às pessoas físicas com residência aqui estabelecida a efetuar a transferência de licenciamento de veículos de outros estados para esta unidade da Federação ou a efetuar o plantio de 2 (duas) árvores a cada 500 (quinhentas) cilindradas dos respectivos veículos, por ano, durante 5 (cinco anos)".

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - À matéria ainda não foram proferidos pareceres.

Solicito ao Relator, Deputado Berinaldo Pontes, que profira parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 995, de 2008.

Lembro aos Parlamentares que o som do plenário e das demais instalações da Câmara Legislativa está sofrendo um problema técnico. Teremos de falar um pouco mais alto para que esta sessão seja registrada de fato.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11' 12 ' 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	10

Com a palavra o Deputado Berinaldo Pontes.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 955, de 2008, de autoria do Deputado Raad Massouh, que "torna obrigatória às pessoas jurídicas com sede e/ou filial instalada no âmbito do Distrito Federal, assim como às pessoas físicas com residência aqui estabelecida, a efetuar a transferência de licenciamento de veículos de outros Estados para esta Unidade da Federação ou a efetuar o plantio de 2 (duas) árvores a cada 500 (quinhentas) cilindradas dos respectivos veículos, por ano, durante 5 (cinco) anos".

Sr. Presidente, lembro-me de um projeto, também de autoria do Deputado Raad Massouh, chamado "Plantando Vida", aprovado inclusive por V.Exa., que dizia que a cada criança nascida no Distrito Federal haveria o plantio de uma árvore.

No âmbito desta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos pela admissibilidade do projeto. Entendo que ele ultrapassa a perspectiva do plantio e vai para os âmbitos da conscientização sobre a importância da preservação do meio ambiente e da perspectiva de que locadoras que têm carros no Distrito Federal e que não pagam seus tributos no estado também venham a pagar.

Portanto, somos pela aprovação do referido projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer, permaneçam como estão; os que forem contrários, queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADO GERALDO NAVES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito que V.Exa. inclua na pauta o item nº 42, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa,

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Este item já está na pauta da ordem do dia.

A Presidência designa o Deputado Batista das Cooperativas para emitir parecer sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	11

Solicito ao Relator, Deputado Batista das Cooperativas, que emita o parecer da Comissão de Desenvolvimento Económico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Económico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 955, de 2008, de autoria do Deputado Raad Massouh, que "torna obrigatória às pessoas jurídicas com sede e/ou filial instalada no âmbito do Distrito Federal, assim como às pessoas físicas com residência aqui estabelecida a efetuar a transferência de licenciamento de veículos de outros Estados para esta Unidade da Federação ou a efetuar o plantio de 2 (duas) árvores a cada 500 (quinhentas) cilindradas dos respectivos veículos, por ano, durante 5 (cinco) anos".

No âmbito da Comissão de Desenvolvimento Económico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, não se constatou qualquer transgressão ao Regimento Interno da Casa ou à Lei Orgânica do Distrito Federal. Por esse motivo, este parecer é pela admissibilidade do projeto de lei.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Em discussão o parecer da Comissão de Desenvolvimento Económico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Eurides Brito, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 995, de 2008, de autoria do Deputado Raad Massouh, que "torna obrigatória às pessoas jurídicas com sede e/ou filial instalada no âmbito do Distrito Federal, assim como às pessoas físicas com residência aqui estabelecida a efetuar a transferência de licenciamento de veículos de outros estados para esta unidade da Federação ou a efetuar o plantio de 2 (duas)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 12 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	12

árvores a cada 500 (quinhentas) cilindradas dos respectivos veículos, por ano, durante 5 (cinco anos)".

Em um só projeto de lei, o Deputado Raad Massouh presta dois serviços extremamente importantes ao Distrito Federal. Um deles é o controle de veículos, ajudando na maior rapidez da cobrança de multas, quando for o caso. O outro é o reflorestamento; portanto, cuidado com o meio ambiente.

Somos pela admissibilidade do projeto de lei.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 995, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO BISPO RENATO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria que fossem incluídos na pauta o PDL nº 29 de 2007 e o PDL nº 38 de 2007, de autoria do Deputado Aguinaldo de Jesus. Ambos têm a tramitação concluída em todas as tramitações.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedido.

Item nº 42:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 914, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "dispõe sobre a reserva de vagas de estágio para os beneficiários dos programas sociais nos órgãos e entidades do Poder Público do Distrito Federal".



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 12 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	13

Quero comunicar aos Parlamentares que essa matéria já recebeu parecer favorável na Comissão de Assuntos Sociais. Conforme orientação da Assessoria de Plenário, o próximo parecer será da Comissão de Constituição e Justiça.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Eurides Brito, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, designo o Deputado Pedro do Ovo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Solicito ao Relator, Deputado Pedro do Ovo, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 914, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "dispõe sobre a reserva de vaga de estágio para os beneficiários dos programas sociais nos órgãos e entidades do Poder Público do Distrito Federal".

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela aprovação do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 914, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11' 12' 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	14

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem foi a posse do engenheiro Francisco Machado na Presidência do CREA para o triênio 2009/2011. Estive presente e, tendo tido a oportunidade de falar, eu disse que a Casa estava à disposição daquela categoria, no que houve uma assunção de todos os presentes. Estava lá presente o representante da Frente da Engenharia e da Arquitetura, o Deputado Rôney Nemer. O engenheiro é fundamental não só na construção, no projeto, no desenvolvimento de um país, mas também neste momento de reordenamento urbanístico do Distrito Federal.

Por isso, Sr. Presidente, hoje, dia 11 de dezembro, dia em que é comemorado o Dia do Engenheiro, peço a V.Exa. para fazer juntar à ata desta sessão o artigo do engenheiro Francisco Machado, *O Engenheiro na Sociedade*, por fazer minhas as palavras do atual Presidente do CREA-DF.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Acato a solicitação de V.Exa. e, portanto, autorizo que o artigo seja incluído nos anais desta sessão.

O Deputado Alírio Neto fez uma substituição do seu projeto original por outro projeto.(Pausa.)

Faço uma correção: o item nº 45, a que me referi, já consta na Ordem do Dia. O Deputado Alírio Neto depois vai fazer a mudança de um outro item que não está em discussão neste momento.

Item nº 45:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 868, de 2008, de autoria do Deputado Alírio Neto, que "proíbe o fumo em recintos coletivos fechados no Distrito Federal".

Solicito Relator, Deputado Raad Massouh, que emita parecer da Comissão de Educação e Saúde sobre a matéria.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação e Saúde ao Projeto de Lei nº 868, de 2008, de autoria do Deputado Alírio Neto, que "dispõe sobre a proibição do fumo em recintos coletivos fechados no Distrito Federal".

No âmbito da Comissão de Educação e Saúde, somos pela aprovação do presente projeto de lei, na forma da emenda substitutiva aglutinativa e das outras subemendas, apresentadas no âmbito desta Comissão de Educação e Saúde.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Em discussão o parecer da Comissão de Educação e Saúde. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	15

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Eurides Brito, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 868, de 2008, de autoria do Deputado Alírio Neto, que "dispõe sobre a proibição do fumo em recintos coletivos fechados no Distrito Federal".

A matéria é constitucional. É de competência desta Câmara tratar sobre o assunto. Com muita propriedade, o autor mostra o prejuízo que o tabaco tem feito às pessoas no mundo todo, matando mais de 100 milhões de pessoas no século XX.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela aprovação do presente projeto de lei, com a emenda substitutiva aglutinativa e das duas subemendas apresentadas no âmbito da Comissão de Educação e Saúde.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 868, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	16

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que coloque o item nº 48 em discussão e votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Acato a solicitação de V.Exa.

Item nº 48:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.036, de 2008, de autoria do Deputado Cabo Patrício, que "dispõe sobre a utilização do Complexo Esportivo Comunitário Gama - Bezerrão".

A matéria ainda não tem pareceres.

A Presidência designa o Deputado Berinaldo Pontes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Berinaldo Pontes, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei nº 1.036, de 2008, de autoria do Deputado Cabo Patrício, que "dispõe sobre a utilização do Complexo Esportivo Comunitário do Gama - Bezerrão".

Só pelo fato de o autor ser morador do Gama, já vemos com mais carinho esse projeto. Portanto, somos pela aprovação, no âmbito da Comissão de Assuntos Fundiários.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	17

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.036, de 2008, de autoria do Deputado Cabo Patrício, que "dispõe sobre a utilização do Complexo Esportivo Comunitário do Gama - Bezerrão".

O parecer da Comissão de Assuntos Sociais é pela admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Chico Leite para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.036, de 2008, de autoria do Deputado Cabo Patrício, que "dispõe sobre a utilização do Complexo Esportivo Comunitário do Gama - Bezerrão".

Tenho para mim que, nas hipóteses em que há dúvidas sobre a constitucionalidade, nós devemos optar por princípio geral em que há a admissibilidade por parte da Comissão de Constituição e Justiça, por uma questão, na minha opinião, de princípio próprio da discussão do que se poderia chamar de um direito legislativo. É por isso que, na hipótese, vou me manifestar favoravelmente à admissibilidade pela presença dos requisitos do projeto em Mesa.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	18

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.036, de 2008.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Envotação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Item nº 47:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 784, de 2008, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que "declara o Centro Cultural de Brasília como entidade de utilidade pública".

O projeto recebeu parecer da Comissão de Assuntos Sociais. Precisa receber agora o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Eurides Brito, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 784, de 2008, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que "declara o Centro Cultural de Brasília como entidade de utilidade pública".

Esse centro cultural funciona na quadra 601, módulo B, Asa Norte, e tem prestado serviços durante vários anos à comunidade do Distrito Federal e ao Brasil. Tem sido o apoio de numerosas instituições, como a CNBB e a Caritas. Essa instituição trabalha com serviços sociais do mundo inteiro e tem sido um ponto importante para o encontro de casais e a pastoral da juventude.

Por todos os serviços que tem prestado à comunidade do Distrito Federal e a todo o Brasil, somos pela aprovação da outorga desse título de utilidade pública ao Centro Cultural de Brasília.

É o parecer.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 12 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	19

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 784, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

(Assume a Presidência o Deputado Paulo Tadeu.)

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como mencionei ontem, há um memorando de 4 de dezembro indicando como prioritária a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 33, de 2008, de minha autoria, que diz respeito ao Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal - CEAJU, que é a nossa defensoria pública.

Sr. Presidente, já tive oportunidade de checar com o Sr. Itamar que, de fato, essa PELO consta da pauta. Portanto, solicito seja apreciada neste momento.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Acato a solicitação de V.Exa.

Esta Presidência informa que há errata da Ordem do Dia. O item nº 63 refere-se ao Projeto de Lei nº 1.065, de 2008, e não o de nº 1.085, de 2008.

É essa a retificação.

Item nº 60;

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.107, de 2008, de autoria do Deputado Pedro do Ovo, que "assegura a assistência especial a ser fornecida às parturientes cujos filhos recém-nascidos sejam portadores de deficiência".

A matéria ainda não recebeu parecer das comissões.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	20

Solicito ao Presidente da Comissão de Educação e Saúde, Deputado Raad Massouh, que designa relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO RAAD MASSOUH - Sr. **Presidente**, avoco a relatoria.

Solicito ao Relator, Deputado Raad Massouh, que emita parecer da Comissão de Educação e Saúde sobre a matéria.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação e Saúde ao Projeto de Lei nº 1.107, de 2008, de autoria do Deputado Pedro do Ovo, que "assegura a assistência especial a ser fornecida às parturientes cujos filhos recém-nascidos sejam portadores de deficiência".

Não há óbice ao referido projeto. O parecer desta Comissão é favorável à matéria.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Em discussão o parecer da Comissão de Educação e Saúde. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.107, de 2008, de autoria do Deputado Pedro do Ovo, que "assegura a assistência especial a ser fornecida às parturientes cujos filhos recém-nascidos sejam portadores de deficiência".

Já estudamos bastante o assunto, e o parecer da Comissão é pela sua admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	21

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Eurides Brito, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, avoco a relatoria.

DEPUTADO ALÍRIO NETO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faço um apelo aos Deputados para que possamos votar a matéria constante do item nº 8, de minha autoria e de autoria do Deputado Chico Leite.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Após a conclusão do parecer da Comissão de Constituição e Justiça, vou me manifestar.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr, Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.107, de 2008, de autoria do Deputado Pedro do Ovo, que "assegura a assistência especial a ser fornecida às parturientes cujos filhos recém-nascidos sejam portadores de deficiência".

O projeto diz que hospitais e maternidades prestarão assistência especial às parturientes cujos filhos apresentarem qualquer tipo de deficiência. A assistência especial consistirá basicamente na prestação de informações por escrito à paciente, como a lista de observações que devem ser cumpridas e obedecidas, e as instituições públicas e privadas especializadas para onde elas poderão se encaminhar quando detectarem qualquer um desses problemas.

É extremamente importante porque, muitas vezes, as pessoas sofrem até por falta de informação sobre onde é que existe, ou se existe, atendimento para determinada doença.

Somos pela admissibilidade, ressaltada a relevância do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	22

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.107, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 65:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.076, de 2008, de autoria do Deputado Roberto Lucena, que "institui o dia distrital de combate aos maus-tratos contra os idosos, a ser comemorado no dia 8 de fevereiro".

A Presidência designa o Deputado Wilson Uma para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.076, de 2008, que "institui o dia distrital de combate aos maus-tratos contra os idosos, a ser comemorado no dia 8 de fevereiro".

O parecer da Comissão de Assuntos Sociais é pela sua admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	23

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Eurides Brito, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.076, de 2008, de autoria do Deputado Roberto Lucena, que "institui o dia distrital de combate aos maus-tratos contra os idosos, a ser comemorado no dia 8 de fevereiro".

O que temos visto na mídia, nos últimos dias, a respeito disso mostra a importância do projeto nesta ocasião.

Eu faria apenas uma sugestão de plenário: não usarmos, na ementa, a palavra "comemoração", mas "a ser lembrado" no dia 8 de fevereiro, e não comemorado. Essa seria uma emenda de redação, de modo que ficaria: "institui o dia distrital de combate aos maus-tratos contra os idosos, a ser lembrado no dia 8 de fevereiro.

Este projeto vem em excelente oportunidade, diante do que temos visto, das histórias que temos lido, do que tem acontecido, realmente, neste Brasil afora e no mundo todo. O que se tem feito com os idosos, realmente, é de estarrecer; parece que não vivemos em um mundo civilizado.

Quero parabenizar o Deputado Roberto Lucena.

Eu encaminho o parecer pela admissibilidade do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Concedo a palavra ao Deputado Roberto Lucena.

DEPUTADO ROBERTO LUCENA (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas, eu quero agradecer à Deputada Eurides Brito pela sensibilidade e pelo acompanhamento que temos visto aos idosos.

Há um desrespeito com os idosos, como se um dia não chegássemos lá. A partir dos 50 anos de idade, já estamos lá!

Então, agradeço pela oportuna intervenção de V.Exa. e pelo apoio que dá aos idosos.

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	24

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.076, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Comunico que cada Parlamentar que já aprovou o projeto em primeiro turno deverá aguardar a apreciação das matérias dos demais Parlamentares. Então, assim que iniciarmos a segunda rodada, com os projetos de Parlamentares, colocaremos em apreciação o Projeto de Lei nº 39, conforme solicitado.

Item nº 57:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.876, de 2005, de autoria do Deputado Brunelli, que "declara de utilidade pública a associação dos servidores da Fundação Pólo Ecológico de Brasília - ASSPOLO e dá outras providências".

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - O Projeto de Lei nº 1.876, de 2005, já tem a sua tramitação concluída nas comissões.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.876, de 2005. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados. Houve 1 voto contrário do Deputado Chico Leite.

A matéria segue a tramitação regimental.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para declaração de voto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11' 12' 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	25

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dizer que não há nada que eu saiba que desabone a instituição. Nós caminhamos para uma decisão sobre a qual, inclusive, há unanimidade no STJ. A Deputada Eurides Brito sabe disso. Nos tribunais superiores, o pensamento é de que a Casa não tem iniciativa para tanto. Esse que é o problema. Não estou adentrando o mérito, estou apenas me manifestando segundo meu entendimento sobre a constitucionalidade. Minha declaração de voto é no sentido de dizer que não há nada contra a instituição, mas, sim, por entender que nós, Parlamentares, não temos a iniciativa desta matéria. Levamos dois anos discutindo isso. É nesse sentido.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - De qualquer maneira, o projeto foi aprovado em primeiro turno e segue para o segundo turno.

DEPUTADO BRUNELLI - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Direito tem várias formas de interpretação. O Deputado Chico Leite tem interpretação diferente do que esta Casa adotou no passado e adota no presente, porque a questão é muito clara. S.Exa. foi autor do projeto referente ao Clube de Vizinhança, como a questão da utilidade pública, e de outros projetos que foram apresentados nesta Casa. Então, o que nós precisamos colocar, inclusive na Comissão de Constituição e Justiça, em que temos várias matérias apreciadas... Notas taquigráficas demonstram que o mesmo Deputado coloca a assertiva de que o Poder Legislativo o tem...

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Deputado Brunelli, eu peço a compreensão de V.Exa. e do Deputado Chico Leite, porque a discussão desta matéria já passou. A matéria foi aprovada pelo Plenário. Eu coloquei a matéria em discussão, ninguém quis discutir; coloquei em votação, solicitaram declaração de voto, e, depois de encerrada a discussão, já com o resultado da votação, abre-se discussão! Assim fica muito ruim! Quero pedir a V.Exas. que organizemos os trabalhos. Eu não vou mais dar espaço para tratar dessa matéria.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Deputada Erika Kokay, os Parlamentares têm de ficar atentos. Abrimos a discussão, ninguém quis discutir; depois de encerrada a votação, querem discutir? No segundo turno, procedam à discussão da matéria.

Item nº 52:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 812, de 2008, de autoria do Deputado Doutor Charles, que "institui no calendário comemorativo do Distrito Federal a data que especifica".



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	26

Solicito à Relatora, Deputada Eurídes Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURÍDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 812, de 2008, de autoria do Deputado Doutor Charles, que "institui no calendário comemorativo do Distrito Federal a data que especifica".

Comemorar é o que pretende o Deputado Dr. Charles, autor do projeto de lei sobre o Dia do Demolay, em 18 de março. É uma comemoração que eu, devo confessar, não conhecia, uma comemoração maçônica. O dia 18 de março é a data do falecimento, conforme justifica o autor, de Jacques Demolay, último grão-mestre da Ordem dos Cavaleiros Templários, queimado vivo no pelourinho de uma pequena ilha do Rio Sena, em defesa dos seus princípios e valores. Assim, o Deputado Dr. Charles apresenta o presente projeto de lei, que já foi apreciado e aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais.

Sr. Presidente, no âmbito desta Comissão, somos pela admissibilidade da referida proposição.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 812, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr, Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 12 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	27

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faltando cinco minutos para o meio-dia, quero dizer que foi acordado que, no período da manhã, votaríamos somente projetos de Parlamentares. Há Deputados que chegaram aqui às 8h, quando começamos algumas discussões; outros começam a chegar agora, quase meio-dia.

Quero propor a V.Exa. a suspensão dos trabalhos desta sessão ao meio-dia e o retorno dos trabalhos às 15h, na sessão ordinária, em que apreciaremos inclusive projetos do Executivo.

Sr. Presidente, tenho compromisso ao meio-dia e vou me retirar do plenário.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estou no plenário desde as 8h da manhã, e o meu projeto acaba de chegar, o Projeto de Lei nº 274, de 2007, que "torna obrigatório o uso de aparelho limitador de velocidade por todos os veículos do transporte público coletivo do Distrito Federal".

A proposição visa limitar a velocidade dos veículos do transporte público, ou seja, dos ônibus, para que não sejam conduzidos acima da velocidade da via, colocando a vida das pessoas em risco.

Passo o projeto às mãos de V.Exa., Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Está bem, Deputado.

Neste momento, passaremos à apreciação do Item nº 66.

Item nº 66:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 274, de 2007, de autoria do Deputado Reguffe, que "torna obrigatório o uso de aparelho limitador de velocidade por todos os veículos do transporte público coletivo do Distrito Federal".

A Presidência designa o Deputado Geraldo Naves para emitir parecer sobre a subemenda apresentada na Comissão de Constituição e Justiça.

Solicito ao Relator, Deputado Geraldo Naves, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a subemenda apresentada na Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à Subemenda Aditiva nº I, de autoria do Deputado Chíco Leite, apresentada ao Projeto de Lei nº 274, de 2007, de autoria do Deputado Reguffe, que "torna obrigatório o uso de aparelho limitador de velocidade por todos os veículos do transporte público coletivo do Distrito Federal".



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	28

No âmbito desta Comissão, somos pelo acatamento da referida subemenda.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 274, de 2007. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Passaremos à apreciação do item nº 49 da Ordem do Dia, lembrando que este será o último item desta manhã. Quando regressarmos, às 15h, continuaremos apreciando projetos de Deputados que ainda não tiveram suas matérias analisadas em primeiro turno.

DEPUTADO GERALDO NAVES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com relação ao projeto que trata da limitação de velocidade, quero dizer que achei muito interessante e por isso acho que vale o registro. Eu gostaria de parabenizar o Deputado Reguffe por ser autor do projeto e também Relator, Deputado Chico Leite, por sua bela explanação.

Parabenizo por se tratar de uma necessidade urgente, daí a importância de aprová-lo o mais rápido possível em segundo turno para que possamos cobrar das autoridades a fiscalização do excesso de velocidade.

Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. pela condução dos trabalhos desta sessão e também a Deputada Erika Kokay pela cor que exhibe hoje, toda de verde.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Deputado Chico Leite, a matéria proposta por V.Exa. tem tramitação conjunta, mas o substitutivo ainda não está preparado. Temos o projeto de V.Exa., e quero parabenizá-lo pela maneira como



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	29

disciplina as audiências públicas, Há outro projeto tramitando conjuntamente com o seu, de autoria do ex-Deputado Peniel Pacheco, e temos de preparar um substitutivo, senão... ou, então, pelo menos apensá-lo, mas aí precisamos desse requerimento para desapensar, para que possamos fazer uma análise separadamente. Diante da situação, não será possível apreciá-lo nesta manhã ainda. Podemos fazê-lo no período da tarde.

Deputado Chico Leite, sem prejuízo a V. Exa., iniciaremos a sessão no período da tarde com um projeto de V.Exa., aquele que V.Exa. desejar, e também dos demais Parlamentares.

Vamos encerrar esta sessão extraordinária, convocando todos os Parlamentares a comparecerem às 15 horas para apreciação das matérias dos Parlamentares e do Poder Executivo.

Lembro que, conforme acordo, não haverá Comunicados de Líderes e nem de Parlamentares para que ganhem tempo na apreciação das matérias.

Deputado Chico Leite, reabriremos os trabalhos no período da tarde apreciando o item de autoria de V.Exa. e, em seguida, o projeto de autoria do Deputado Cristiano Araújo.

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em acolhimento à ponderação feita por V.Exa., e muito bem, proponho a votação da parte relativa ao PELO da Defensoria Pública, que poderia ser apresentada por projeto de lei no parágrafo único da lei própria.

Sr. Presidente, indago se seria possível colocar em votação como último item esse projeto de lei da Defensoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Deputado Chico Leite, acato a solicitação de V.Exa.

Solicito à Assessoria, ao Itamar, que organize a pauta para que o primeiro item da sessão ordinária seja o indicado pelo Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. Presidente, seria possível votar agora o projeto relativo à Defensoria, da parte que pode ser como projeto de lei?

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Deputado Chico Leite, o projeto será votado às 15 horas.

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. Presidente, o projeto a que V.Exa. se refere, que será votado no início da tarde, é o da audiência pública?

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Veja bem, Deputado, cada Parlamentar tem direito a dois, só que vai ser um primeiro e, depois, em seguida, o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11' 12' 2008	10h30min	43ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	30

segundo. Hoje, vamos votar um em 1º turno. Aí, V.Exa. escolhe um ou outro. Às 15h, votaremos o projeto.

DEPUTADO CHICO LEITE - Está certo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Aí, na segunda rodada, votaremos o segundo projeto.

DEPUTADO CHICO LEITE - Desculpe, imaginei que votaríamos os dois em primeiro turno hoje. Concordo com V.Exa. Esses são os dois indicados por nós.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 21, de 6/2/2009, juntamente com a ata sucinta da 43ª Sessão Extraordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Esta Presidência vai suspender a sessão extraordinária, convocando todos os Parlamentares para, as 15h, impreterivelmente, horário em que vamos abrir e encerrar a sessão ordinária e continuar com a pauta da extraordinária.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 12h07min, a sessão é reaberta às 15h19min.)

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Está reaberta a sessão.

A pauta desta sessão já está **pré-determinada** e acordada.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito que se coloque em votação o meu projeto. Não pude estar presente na parte da manhã devido a compromissos assumidos anteriormente — eu estava em Ceilândia. É o item nº 67 da pauta. Não sei o que foi acordado, mas eu gostaria que esse projeto fosse votado no dia de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Acato a solicitação de V.Exa.

Logo após votarmos o projeto do Deputado Chico Leite, votaremos o de V.Exa.

Incluo na pauta da sessão extraordinária o Projeto de Lei nº 1.112, de 2008.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	31

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.112, de 2008, de autoria do Deputado Chico Leite e outros, que "acrescenta parágrafo único ao art. 23 da Lei nº 2.897, de 2001".

(Assume a Presidência o Deputado Batista das Cooperativas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS) - A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.112, de 2008, de autoria do Deputado Chico Leite e outros, que "acrescenta parágrafo único ao art. 23 da Lei nº 2.897, de 2001".

No âmbito desta Comissão, não há nenhum óbice. Portanto, somos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS) - Em discussão O parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Eurides Brito, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.112, de 2008, de autoria do Deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 12 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	32

Chico Leite e outros, que "acrescenta parágrafo único ao art. 23 da Lei nº 2.897, de 2001".

O art. 1º reza o seguinte: "O art. 23 da Lei 2.797, de 18 de outubro de 2001, fica acrescido do seguinte parágrafo único:

Parágrafo Único: A escolha do Diretor-Geral do Centro de Assistência Judiciária, na forma do § 2º do art. 10 do Ato das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Distrito Federal, deverá recair sobre integrante da carreira maior de trinta e cinco anos, a partir de lista tríplice formada pela categoria, para mandato de dois anos, permitida uma recondução".

Na justificção, o autor mostra que há a necessidade de adaptar a lei que trata da carreira do defensor público à Constituição Federal, especialmente após a Emenda Constitucional nº 45, Reforma do Poder Judiciário.

Sr. Presidente, somos favoráveis à admissibilidade do Projeto de Lei nº 1.112, de 2008, inclusive por aprimorar o processo de escolha da Defensoria Pública.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.112, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 67:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.030, de 2008, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que "dispõe sobre a criação do programa de incentivo a investimentos pelo Governo do Distrito Federal no setor de tecnologia da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	33

informação e comunicação no Distrito Federal, nos termos que especifica, e dá outras providências".

A Presidência designa o Deputado Batista das Cooperativas para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Batista das Cooperativas, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Económico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Económico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 1.030, de 2008, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que "dispõe sobre a criação do programa de incentivo a investimentos pelo Governo do Distrito Federal no setor de tecnologia da informação e comunicação no Distrito Federal, nos termos que especifica, e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Desenvolvimento Económico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, não encontramos nada que esteja em desacordo com o Regimento Interno e com a Lei Orgânica.

Portanto, o nosso parecer é pela admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da Comissão de Desenvolvimento Económico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Eurides Brito, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA - Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.030, de 2008, de autoria do Deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	34

Cristiano Araújo, que "dispõe sobre a criação do programa de incentivo a investimentos pelo Governo do Distrito Federal no setor de tecnologia da informação e comunicação no Distrito Federal, nos termos que especifica, e dá outras providências".

Sr. **Presidente**, o projeto descreve como deveria ser o apoio ao programa de incentivo a investimentos pelo Governo do Distrito Federal de forma que se pudesse, no Distrito Federal, dar um melhor suporte à análise e ao desenvolvimento de sistemas, à programação em processamento de dados, à elaboração, ao licenciamento ou à cessão de direitos de uso de programa de computação, *software*, inclusive de jogos eletrônicos, assessoria e consultoria em informática, etc. Enfim, vem ao encontro da Cidade Digital, que é um programa prioritário também do Governo e aqui se cria as condições para que possamos, no Distrito Federal, atrair novas empresas que possam vir a investir no território do Distrito Federal.

Portanto, somos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.030, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados. Houve 8 ausências.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 56:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 231, de 2003, de autoria do Deputado Leonardo Prudente, que "cria carteira de doador de órgãos e institui atendimento preferencial na Rede Hospitalar Pública do Distrito Federal".



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	35

Como a tramitação da matéria já está concluída, passemos a sua apreciação.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 231, de 2003. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 64:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.018, de 2008, de autoria do Deputado Rogério Ulysses, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de os hospitais e clínicas do Distrito Federal implantarem sistema informatizado de registro e controle de liberação de corpos para empresas funerárias ou de tenatopraxia".

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Educação e Saúde sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação e Saúde ao Projeto de Lei nº 1.018, de 2008, de autoria do Deputado Rogério Ulysses, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de os hospitais e clínicas do Distrito Federal implantarem sistema informatizado de registro e controle de liberação de corpos para empresas funerárias ou de tenatopraxia".

Sr. Presidente, o projeto, conforme dispõe sua ementa, é da mais alta importância e vem após, com certeza por inspiração do trabalho realizado nesta Câmara Legislativa, recentemente, por um grupo de parlamentares.

Somos, portanto, pela sua aprovação.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da Comissão de Educação e Saúde. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	36

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Eurides Brito, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria,

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.018, de 2008, de autoria do Deputado Rogério Ulysses, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de os hospitais e clínicas do Distrito Federal implantarem sistema informatizado de registro e controle de liberação de corpos para empresas funerárias ou de tenatopraxia".

Acabamos de relatar o projeto, quanto ao mérito, pela Comissão de Educação e Saúde. No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, não encontramos nenhum óbice que possa impedir a aprovação por esta Casa.

Sr. Presidente, encaminhamos pela admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.018, de 2008 (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Quero fazer uma saudação especial às pessoas que estão na galeria exercendo seu legítimo direito democrático de manifestar suas vontades. Sejam



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	37

bem-vindas à Casa do Povo. Todos os Deputados estão convidados a olhar as faixas expostas e os pleitos nelas concretizados.

Item nº 50:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 855, de 2008, de autoria da Deputada Erika Kokay, que "assegura às pessoas acometidas de transtorno mental gratuidade nos serviços públicos de transporte coletivo do Distrito Federal e dá outras providências".

O projeto não tem parecer das comissões.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar ao Projeto de Lei nº 855, de 2008, de autoria da Deputada Erika Kokay, que "assegura às pessoas acometidas de transtorno mental gratuidade nos serviços públicos de Transporte Coletivo do Distrito Federal e dá outras providências".

Vou direto ao voto. Somos pela admissibilidade do projeto, no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Cristiano Araújo, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO - Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 12 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	38

Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 855, de 2008, de autoria da Deputada Erika Kokay, que "assegura às pessoas acometidas de transtorno mental gratuidade nos serviços públicos de Transporte Coletivo do Distrito Federal e dá outras providências".

O projeto foi analisado pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Como no âmbito desta Comissão não há nenhum óbice, somos pelo encaminhamento e pela admissibilidade do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Eurides Brito, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 855, de 2008, de autoria da Deputada Erika Kokay, que "assegura às pessoas acometidas de transtorno mental gratuidade nos serviços públicos de Transporte Coletivo do Distrito Federal e dá outras providências".

Sr. Presidente, da parte da Comissão de Constituição e Justiça, não vemos nenhum óbice à aprovação do projeto, dada a natureza dos clientes que seriam beneficiados pela presente legislação.

Portanto, somos pela admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	39

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

(Assume a Presidência a Deputada Eurides Brito.)

PRESIDENTE (DEPUTADA EURIDES BRITO) - Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 855, de 2008.

Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, a Campanha da Fraternidade de 2006 versou sobre a fraternidade com as pessoas com deficiência. Houve a realização de uma sessão solene neste plenário, onde estiveram presentes o arcebispo de Brasília e os pastores. Foi pedido a todos os Deputados que dessem vazão aos projetos e aprovássemos propostas que ajudassem as pessoas com deficiência. A Deputada Erika Kokay, o Deputado Benício Tavares e eu temos projetos aprovados aqui com a intenção de proteger, ajudar, colaborar com as pessoas com deficiências. Esse é um dos compromissos assumidos na sessão de lançamento da Campanha da Fraternidade. Foi uma campanha ecumênica.

Esta Casa dá mais um testemunho dos compromissos assumidos neste plenário. O Governo não deveria passar esse compromisso para os ônibus, mas assumir a responsabilidade por meio de uma secretaria, quem sabe a antiga Secretaria de Desenvolvimento Social, que hoje tem outro nome. Essa garantia deveria ser dada pelo Governo. Deveria ser concedido o passe-tivre para essas pessoas que fazem jus a isso.

Era o que eu tinha a dizer, Sra, Presidente,

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados. Houve 5 ausências.

A matéria segue a tramitação regimental.

Esta Presidência inclui na pauta desta sessão extraordinária o Projeto de Lei nº 715, de 2008.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	40

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 715, de 2008, de autoria do Deputado Benício Tavares, que "institui a política distrital para integração da pessoa com deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências".

A tramitação deste projeto já está concluída.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 715, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados. Houve 5 ausências.

Trata-se de mais um projeto daqueles sobre os quais acabei de me pronunciar, da Deputada Erika Kokay.

O Deputado Benício Tavares sempre tem defendido, nesta Casa, as pessoas com deficiência. Sua Excelência está de parabéns.

Todos os Deputados da Casa tiveram um projeto aprovado.

A Presidência vai suspender os trabalhos durante cinco minutos para organizar a votação dos próximos projetos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h46min, a sessão é reaberta às 15h48min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Está reaberta a sessão.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria fazer um encaminhamento para que pudéssemos seguir a ordem natural da pauta. Como existem projetos que demandam 16 votos, solicito a V.Exa. que proceda à chamada nominal dos Deputados para que S.Exas. possam vir ao plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	41

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Estão presentes 16 Deputados, havendo, portanto, quorum regimental.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO GERALDO NAVES - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Esta Presidência dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 113ª Sessão Ordinária, de 10 de dezembro de 2008.

Item nº 2;

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 948, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a conceder o serviço público de tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos, e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados. Houve 1 voto contrário do Deputado Chico Leite.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 948, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a conceder o serviço público de tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos, e dá outras providências".



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	42

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito a votação do item nº 9.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Item nº 9:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 222, de 2008, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que "homologa o convênio ICMS nºs 38/06 e 89/06, celebrados entre os Estados, o Distrito Federal e as demais unidades da Federação, sob auspícios do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, e ratificados pelos Atos Declaratórios CONFAZ nº 08, de 31 de julho de 2006, e nº 12 de 31 de outubro de 2006, respectivamente" - oriundo do Processo nº 75/06."

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 11/12/2008

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. QCOM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) _____
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) 222/04
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº(S) _____
 REQUERIMENTO Nº(S) _____
 OUTROS _____

DVOTO EM SEPARADO

Autor: **Deputado(a):** Comissão de Constituição e Justiça Executivo

Relator: **Deputado(a):** _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	-			X	
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	-			X	
	CHICO LEITE	PT	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	-			X	
	ÉRIKA KOKAY	PT	-			X	
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	-			X	
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULOTADEU	PT	-			X	
	PEDIRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	-			X	
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROBERTO LUCENA	PMDB	-			X	
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	WILSON UMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	TOTAL		16			08	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. *Gerardo Naves*

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT. _____

ASSP/ _____ NO _____ / _____

FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 12 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	43

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 222, de 2008, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que "homologa o convênio ICMS nº s 38/06 e 89/06, celebrados entre os Estados o Distrito Federal e as demais unidades da Federação, sob auspícios do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, e ratificados pelos Atos Declaratórios CONFAZ nº 08, de 31 de julho de 2006, e nº 12 de 31 de outubro de 2006, respectivamente" - oriundo do Processo nº 75/06."

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou ratificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a apreciação imediatamente dos itens nºs 10 e 12 e assim sucessivamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Item nº 10:

Discussão e votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 26, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que "modifica o art. 195 da Lei Orgânica do Distrito Federal e dá outras providências".



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	44

Esta Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão Especial sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, parecer da Comissão Especial à Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 26, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que "modifica o art. 195 da Lei Orgânica do Distrito Federal e dá outras providências".

Sr. Presidente, esta proposta trata da criação ou da vinculação de um percentual da receita corrente líquida do Distrito Federal à Fundação de Apoio à Pesquisa. Ele é parecida com o que, há poucos meses, aprovamos sobre uma vinculação ao Fundo de Apoio à Pesquisa, No entanto, em relação ao Fundo de Apoio à Pesquisa nós aprovados 0,3%. Aliás, para o Fundo de Apoio à Cultura foi 0,3% da receita líquida.

A Lei Orgânica prevê que o poder público instituirá e manterá a Fundação de Apoio à Pesquisa, mas não havia vinculado o recurso. Agora, o Executivo manda projeto com vinculação de 1% da receita corrente líquida do Distrito Federal, que lhe será transferido mensalmente em duodécimos.

Esse é um grande avanço, porque as fundações de apoio à pesquisa, em todos os estados brasileiros, como é o caso da FAPESP, em São Paulo, que é uma grande agência de fomento à pesquisa, hoje tem seus recursos vinculados. Ela foi o modelo para as fundações de apoio à pesquisa em todos os estados brasileiros. Então, realmente, é um grande avanço fazer-se alteração na Lei Orgânica para a vinculação de recurso. O retrocesso seria uma mensagem que tirasse a vinculação dos recursos.

Somos pela admissibilidade da matéria, com todas as letras maiúsculas!

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da Comissão Especial. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados. Houve 2 votos contrários, do Deputado Chico Leite e do Deputado Reguffe.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 12 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	45

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Eurides Brito, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, avoco a relatoria,

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 26, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que "modifica o art. 195 da Lei Orgânica do Distrito Federal e dá outras providências".

Sr. Presidente, pelas mesmas razões já expostas quando relatamos a matéria pela Comissão Especial, somos pela admissibilidade.

Não funciona nenhum fundo de apoio à pesquisa, como nenhum fundo de apoio à cultura, sem recurso. E seria contraditório de nossa parte termos apoiado uma vinculação ao Fundo de Apoio à Cultura e não apoiarmos uma vinculação ao Fundo de Apoio à Pesquisa.

Então, pelas mesmas razões, somos pela admissibilidade da matéria, Sr. Presidente.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados. Houve 2 votos contrários, do Deputado Chico Leite e do Deputado Reguffe.

Em discussão, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 26, de 2007. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando a proposta; os que votarem "não" estarão rejeitando-a.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	46

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 12 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	47

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este é um projeto extremamente importante. Houve retificação de voto e parece-me que o Deputado Brunelli também o fará.

Quero fazer um apelo a V.Exa. para que, com a anuência dos Deputados, esta votação seja anulada. Faremos, então, uma nova discussão até para que possamos explicar melhor o projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A respeito da solicitação do Deputado Leonardo Prudente, esta Presidência consulta o Plenário para saber se há óbice por parte de algum Parlamentar. (Pausa.)

Como não houve manifestação, a apreciação da PELO nº 26, de 2007, em primeiro turno, está prejudicada. Está anulada a votação em primeiro turno. A matéria será apreciada em outro momento. (Pausa.)

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu e os demais Deputados estamos fazendo um acordo porque a informação que tínhamos, originalmente, era de que estavam ampliando os limites de investimentos na área de pesquisa. E acabo de receber a informação de que estão reduzindo. Então, é preciso que haja uma discussão mais ampla, quem sabe até uma audiência pública.

Portanto, solicito a V.Exa. que retire este item de pauta, já que a votação foi anulada, para que possamos apreciar a matéria no próximo ano.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Havendo a concordância dos 18 Parlamentares presentes, está anulada a votação do item nº 10, em primeiro turno. O item também está retirado de pauta, atendendo à solicitação do Líder do Governo.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, eu também gostaria que V.Exa. suspendesse esta sessão por 10 minutos para que nós, Deputados, possamos nos reunir na sala do "cafezinho" para acertarmos definitivamente a pauta de hoje e vermos o que os Deputados querem votar.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	48

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, houve uma votação nesta Casa que rejeitou a proposta de redução dos recursos para o FAP. Redução de recursos. Que não tenhamos dúvidas, porque 2% da receita orçamentaria é maior do que 5% da receita corrente líquida.

Nós temos acordo, inclusive, de não considerar essa votação que aconteceu se houver aqui um compromisso -- porque foram essas as palavras do Líder do Governo - de que nós não estaremos aprovando redução de recursos.

Entendemos que os Parlamentares podem se enganar, mas há que se ter o compromisso de que esta Casa - e eu me dirijo ao Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente - não estará de acordo com a redução dos recursos para o FAP, como propunha o próprio projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Feita a colocação da Deputada Erika Kokay, e o Líder do Governo entrando num acordo com S.Exa., esta Presidência suspenderá a sessão por 10 minutos, solicitando a todos os Deputados que se dirijam à sala do "cafezinho" para acerto de pauta para votação, a fim de darmos continuidade aos trabalhos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h18min, a sessão é reaberta às 18h.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Está reaberta a sessão.

Convido o Deputado Berinaldo Pontes a secretariar os trabalhos da Mesa.

Item nº 11:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que "aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e dá outras providências".

A Presidência informa a todos os Parlamentares que a matéria recebeu substitutivo comum de autoria dos relatores da matéria nas comissões. No entanto, o substitutivo não foi objeto de deliberação. Então, solicito aos relatores da Comissão de Assuntos Fundiários, da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo e da Comissão de Constituição e Justiça que indiquem relatores.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós da bancada do PT e o Deputado Reguffe apresentamos um requerimento referente ao PLC nº 46. Solicito que o requerimento seja apreciado antes da votação do PLC nº 46.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 12 2008	10h30min	43ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	49

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 21, de 06/02/2009, juntamente com a ata sucinta da 43ª Sessão Extraordinária.)

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito que a votação do requerimento seja realizada pelo processo nominal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Item extrapauta:

Discussão e votação do Requerimento nº 1.313, de 2008, de autoria de vários Deputados, que "requer o adiamento da discussão e da votação do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007, que 'aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e dá outras providências'".

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esse requerimento objetiva que a discussão de um plano tão importante para a história do Distrito Federal seja realizada em momento oportuno e não agora.

O projeto veio e voltou muitas vezes, sempre com diferenças marcantes, sempre com áreas novas e, o que é mais grave, Sr. Presidente, com algumas mudanças de destinação de áreas particulares, com alguns dados muito mais referentes à Lei de Uso e Ocupação do que ao Plano Diretor.

Sr. Presidente, nós reconhecemos a importância da regularização de condomínios, que, em nossa opinião, não dependem do PDOT.

Sr. Presidente, nós reconhecemos a luta e a necessidade da efetivação da moradia para os que precisam em todo o Distrito Federal. Reconhecemos isso. E é exatamente porque reconhecemos isso que não admitimos um plano que traia, por exemplo, a lógica das leis federais que dispõem sobre a política de manejos. Isso é grave, Sr. Presidente! Essa parte relativa do projeto o faz absolutamente ilegal, em confronto com a legislação federal — disse o IBAMA ainda hoje.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	50

Mais que isso, Sr. Presidente, trata-se da criação de zonas de contenção urbana que, na verdade, são moradias para ricos, e não atendimento à demanda populacional.

Pior de tudo, Sr. Presidente, na nossa modesta opinião, é o desrespeito à gestão participativa, porque é a população que deve dizer como deseja a cidade onde mora, onde vive e que escolheu para criar os seus filhos.

E mais do que isso, meus colegas e minhas colegas Parlamentares, depois de os relatores se debruçarem sobre o tema por tanto tempo — reconheço o trabalho exaustivo dos relatores —, o Governo deseja que o votemos num prazo curtíssimo.

Em nossa opinião, permitam-me, há um equívoco! A população, inclusive, está sendo levada ao equívoco. Só interessa a pressa em votar aos especuladores imobiliários, àqueles que querem ganhar dinheiro com a terra que é do povo, que é do coletivo e não do individual! É só a eles, Sr. Presidente, que isso interessa. A lógica está invertida. Ao invés de ser, pelo menos com essa pressa com que se quer votar, um plano de melhoria da qualidade de vida das pessoas, é, na verdade, um instrumento de especulação imobiliária!

É por isso, Sr. Presidente, que pedimos esse adiamento. O nosso mandato tinha, inclusive, preparado, ainda na última versão, um texto, um estudo com dez propostas, de acordo com o Plano Diretor. Tive a oportunidade de dizer ao Secretário Taniguchi e ao Governador Arruda que o que é específico é da lei de uso e ocupação. O PDOT é geral. O PDOT é uma constituição do reordenamento urbanístico. Deputado Rogério Ulysses, será que o PDOT é, na verdade, esse que está aí, um instrumento, mero instrumento de especulação imobiliária?

Eu deixo a indagação; há uma contribuição efetiva de estudos, que, na minha opinião, fica prejudicada — perdoe-me a nobre Presidente, Deputada Eurides Brito — em razão do açodamento da votação.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Com relação ao requerimento, estamos acordando que dois falarão a favor e dois contra. Portanto, o Deputado Chico Leite, que acabou de fazer o uso da palavra, e a Deputada Erika Kokay falam contra; o Deputado Alírio Neto e o Deputado Rogério Ulysses...

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu acho que a matéria é de extrema relevância e está apaixonando esta cidade, e eu me posiciono de forma contrária ao encaminhamento.

Há um requerimento a ser apreciado e há um direito regimental de todos os Parlamentares que assim desejarem...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	51

Sr. Presidente, esta é uma matéria de extrema relevância para a cidade. É uma matéria que tem mobilizado a atenção de Brasília nos últimos meses, que tem provocado posições apaixonadas. Há um Regimento nesta Casa que assegura que os Parlamentares possam discutir, se assim o quiserem, todas as matérias a serem apreciadas.

Portanto, eu me posiciono contrariamente à limitação do número de oradores a favor e contra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Conclua, Sra. Deputada, por gentileza, que eu tenho encaminhamentos para fazer.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu já teria concluído se V.Exa. tivesse me dedicado a atenção necessária.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Mas prestei atenção a tudo o que V.Exa. falou.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Então estou aqui colocando uma questão de ordem contrária ao encaminhamento de limitar as falas acerca da discussão sobre o adiamento ou não da votação do Plano Diretor de Ordenamento Territorial.

(Assume a Presidência o Deputado Alírio Neto.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Esta Presidência adianta aos Srs. Parlamentares que, de forma magnânima, de forma a ir ao encontro do espírito democrático, vamos, excepcionalmente, aceitar o requerimento, mesmo com falha regimental, pois ele necessitaria de assinatura da maioria dos presentes.

E, para darmos continuidade a essa discussão, excepcionalmente, nós vamos limitar o número de inscrições ou, então, exigir que o requerimento seja apresentado com o número de assinaturas que prevê o Regimento Interno. Então, democraticamente, oferecemos essa oportunidade.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay. (Pausa.)

A Deputada Erika Kokay não quer participar.

Qual o próximo inscrito? Deputado Reguffe?

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, essa não é a melhor forma! Essa não é a melhor forma de produzir uma discussão dentro dos princípios básicos da democracia. Não é a melhor forma!

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - É. Regimentalmente é. O princípio básico da democracia se baseia no Estado de Direito, que tem normas regimentais e leis. E o Regimento Interno diz claramente que requerimentos têm de ter maioria de assinaturas. O requerimento que V.Exa. apresentou não tem a maioria das assinaturas. Então, excepcionalmente, democraticamente, estamos discutindo o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	52

requerimento de V.Exa., embora ele não tenha as assinaturas. Isso se chama democracia.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para discutir. Sem revisão do orador.)
- Agradeço, Sr. Presidente, e fiz questão de discutir, até porque assinei o requerimento e marquei minha posição, desde o início, pelo adiamento e pela necessidade de um estudo mais profundo das questões do PDOT. Falo isso porque acredito que nós temos que fazer política hoje, mas com a visão de futuro.

O PDOT corrige, sim, algumas questões imediatistas, de algumas áreas que foram criadas no passado e que necessitam de regularização. Isso é justo, é necessário, é a parte boa do PDOT. Com o PDOT, nós damos, por exemplo, a São Sebastião, ao Paranoá, a possibilidade de uma regularização fundiária, de critérios de desenvolvimento. Nós damos a posição, por exemplo, de a Vila do Boa, o Morro da Cruz, o Residencial Vitória, o Residencial Del Rey, o Itaipu, de vários condomínios de baixa renda terem a perspectiva de serem incluídos como área de interesse social.

Mas tenho muita preocupação em relação a áreas que estão sendo deliberadamente autorizadas para habitação e que podem comprometer a qualidade de vida do Distrito Federal, tendo em vista a questão ambiental e a questão do trânsito desta cidade para o futuro. Nesse sentido, assinei o requerimento e reafirmo aqui minha posição de que, se pudermos, de maneira ponderada, madura, adiar a votação e estender a discussão, estaremos fazendo um bem para o Distrito Federal.

Caso o requerimento seja vencido, democraticamente, tenho emendas a apresentar ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial, e o farei, para que ele seja melhorado e possa contemplar aquelas áreas — em especial de São Sebastião — que ainda não encontraram o caminho da regularização e podem, pela via do PDOT, encontrar esse caminho.

Mas quero reafirmar que, se possível for, peço a análise dos Deputados desta Casa, para fazermos essa discussão em outro momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Batista das Cooperativas.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, amigos da galeria, Deputados, eu votarei contra esse requerimento por uma simples e grandiosa razão. O Projeto de Lei Complementar nº 46 é o mais discutido em todos os momentos da Câmara Legislativa. Acredito que durante muito tempo não teremos outro projeto que tenha mais discussão. De 2005 para cá, fizemos 163 reuniões regionais. Eu participei de várias delas no Recanto das Emas,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	53

em Santa Maria, em São Sebastião quando ainda não era Parlamentar. O Poder Executivo fez três grandes audiências públicas com mais de 2 mil pessoas em cada audiência. O projeto chegou a esta Casa há oito meses, Deputado Cabo Patrício. Eu não consigo entender como o Deputado Chico Leite pode falar de açodamento, de precipitação. Esse projeto tem sido discutido nesta Casa há quase um ano. Nesse prazo, nós fizemos doze audiências públicas, fizemos três seminários e uma comissão geral nesta Casa para discutir o PDOT. Dezesseis mil pessoas, aproximadamente, foram ouvidas. Então, dizer que não houve debate sobre o PDOT, que há açodamento é equívoco. Dizer que o PDOT está atendendo somente segmento de classe alta é equívoco.

Hoje de manhã estive no Condomínio Porto Rico, em Santa Maria, no Sol Nascente, no Pôr-do-sol, na Vila do Bôa. Vamos propiciar habitação, criação de novos setores, como o Setor Habitacional Catetinho, planejado, ordenado, com áreas de resguardo ambiental, com verticalização, com um processo de resguardo aos mananciais. É fundamental que se tenha isso. Antes de qualquer coisa, o PDOT é a defesa da habitação, e defender a habitação com qualidade de vida é defender o meio ambiente.

Por essa razão, sou contra esse requerimento. Quero conclamar os companheiros a votarem contrariamente e procedermos imediatamente à votação do PDOT em primeiro turno e sem emendas, como construímos.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiramente, eu queria saudar as pessoas que estão na galeria, que estão aqui lutando por moradia. Em nenhum momento dessa discussão, a bancada do Partido dos Trabalhadores disse que é contrária à habitação. Pelo contrário, o tempo todo defendemos uma política habitacional. Em nenhum momento, a bancada do Partido dos Trabalhadores disse que não é favorável à regularização dos condomínios. Pelo contrário, apontamos o caminho das pedras. Se o Governo tivesse encaminhado no início deste ano um projeto de lei complementar, todas as áreas ocupadas já estariam regularizadas. Não quero citar o nome de nenhum Deputado, mas não podemos cometer aqui o equívoco cometido com o projeto das igrejas. Este Plenário e o auditório estavam lotados de entidades religiosas e de membros de entidades sociais. Até hoje, esse projeto não foi aprovado e essas áreas não foram regularizadas. No dia dessa audiência pública, com quase totalidade da base do Governo presente na audiência pública - e eu era o único de Oposição pela Liderança do PT -, não tive nenhum problema em ser vaiado pela massa que aqui se encontrava, mas naquele dia eu disse: "É bom sempre olhar nos olhos e falar a verdade, que aquele projeto não garantia a regularização das entidades religiosas e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11' 12' 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	54

entidades sociais". E está aí a prova: um ano e não foi regularizado ainda.

Com o PDOT pode acontecer o mesmo. Muitos dizem que tem um ano de discussão. Tem um ano de discussão! Realmente **tem**, tem um ano que estamos discutindo o PDOT. Tanto tem um ano que foi encaminhado o PLC nº 46 a esta Casa, fruto da audiência pública que os senhores participaram e outras pessoas participaram. Mas depois apareceu no Diário da Câmara Legislativa uma série de contribuições em vez de um substitutivo, que quase nenhum Parlamentar tinha conhecimento. É bom ficar claro isso **aqui**.

Depois das audiências públicas realizadas pelo Poder Legislativo - quem tinha que ter realizado era o Poder Executivo, como diz a Lei Orgânica do Distrito Federal, que é a Carta Magna do Distrito Federal -, foi constituído um novo substitutivo. Um substitutivo que foi entregue ao conjunto dos Parlamentares há oito dias. São 133 páginas! Vários mapas e anexos! E nós o analisamos com cuidado e cautela. Os mapas não condizem com as tabelas apresentadas. Não condizem!

O impacto ambiental que o PDOT vai causar é catastrófico. O comprometimento com os recursos hídricos também. Mas essa situação, essa realidade não vão se dar na aprovação ou rejeição do primeiro turno hoje, nem na aprovação do segundo turno amanhã. Vai ser provado com o passar dos anos, com as consequências que virão. As pessoas verão!

Muitos defendem a criação do Catetinho como solução para a política habitacional e para o *déficit* habitacional do Distrito Federal, o que não é verdade. Não é verdade! Nem o Setor Mangueiral, nem o Noroeste, porque está no projeto substitutivo que somente 20% dessa área são para habitação de interesse social. É bom que todo mundo saiba disso. O restante não é para isso. Ninguém da classe baixa, que não tem condições de comprar um imóvel, vai ser contemplado na DF-140, nos "alphavilles" da vida. É bom isso ficar claro também. E as zonas verdes hoje que preservam o meio ambiente vão ser transformadas em zonas de contenção urbana, que permitem a ocupação controlada. Como se o Governo conseguisse controlar alguma coisa. O Governo não conseguiu fiscalizar e frear a grilagem no Distrito Federal, e encaminha para a Câmara Legislativa do Distrito Federal o PLC nº 46, com a cortina de fumaça que faz pensar que é para gerar habitação, para legalizar a grilagem no Distrito Federal.

Eu e a bancada do PT não vamos compactuar com a legalização da grilagem no Distrito Federal. Vamos lutar por moradia digna para todo cidadão, para toda a população do Distrito Federal, mas com uma política habitacional responsável, que preserve o meio ambiente e os recursos hídricos do Distrito Federal. Esta Capital é reconhecida nacional e mundialmente pela boa qualidade de vida que possui, fruto de muita discussão e muito debate. Os Parlamentares têm de ser responsáveis ao votar esse PDOT, sem afirmar que este vai resolver a questão habitacional, porque daqui a um ano, esta galeria pode estar lotada de novo, mais o auditório e lá fora da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 de 12 de 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	55

Câmara Legislativa, com pessoas de cooperativas, pessoas de baixa renda, que têm direito à habitação, porque é um direito garantido na Constituição, mas que não foram atendidas por uma política habitacional. E nós vamos ver a classe alta desta cidade morando em mansões de luxo.

Falo com muita tranquilidade, porque moro de aluguel no Gama. Digo com muita tranquilidade: é importante votar o PDOT? É importante ter um Plano Diretor de Ordenamento Territorial, mas tudo tem de ser feito com tempo. Temos de ter um prazo para estudá-lo. Quem conhece o PDOT? Fiz essa pergunta aos Parlamentares, porque passei duas semanas estudando o PDOT. O IBAMA trouxe mapas ontem que comprovam o que estamos falando. É bom que todos saibam, porque amanhã ou depois, como aconteceu com os representantes de entidades religiosas e entidades sociais, a população vem reconhecer o que nós falamos há um ano e não sabem quando sua situação será resolvida.

(Intervenção fora do microfone.)

(Assume a Presidência o Deputado Atírio Neto.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu tenho aqui em minhas mãos um documento encaminhado pelo IBAMA e pelo Instituto Chico Mendes que, entre outras coisas, diz que as alterações do referido plano — PDOT — podem gerar significativos impactos ambientais e ainda, em face da gravidade da questão, solicita cautela para evitar que posteriormente a decisão desta Casa possa vir a sofrer questionamentos e problemas. O IBAMA e o Instituto Chico Mendes dizem que, se for aprovado o PDOT da forma como está, haverá impactos ambientais e caberão questionamentos inclusive no Poder Judiciário.

Portanto, eu digo que quem votar o PDOT desta forma como está pode estar prejudicando a reivindicação legítima de quem quer morar e quer ser contemplado com planos de interesse social. Este PDOT vai mudar a destinação de uso de propriedades particulares. Nestas propriedades particulares não haverá moradia de baixa renda, serão feitos grandes e caros empreendimentos imobiliários.

Por outro lado, o Governo vem aqui e diz que, em verdade, quer aprovar o PDOT para contemplar a demanda habitacional reprimida, que é a de baixa renda, nesta cidade, e não faz com que isso se concretize. Nós chegamos a apresentar para o próprio Governador do Distrito Federal a sugestão de desmembrar o PDOT: deixar o que provoca impacto ambiental, o que nitidamente alimentará a sanha insaciável de lucro da especulação imobiliária, e contemplar aquilo que é legítimo e está de acordo com as condições técnicas previstas na legislação de nossa cidade. O Governo não aceitou.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11' 12' 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	56

E o Governo, ao não aceitar, deixa claro qual é o compromisso real que tem, que não é com a população de baixa renda, pois está disponibilizando para adensamento urbano, para casas, uma área 4 vezes maior que a área que seria necessária para atender toda a demanda habitacional reprimida do Distrito Federal até o ano de 2020. Este PDOT alimentará a grilagem oficial. É grilagem oficial! É grilagem de especuladores! É grilagem daqueles que terão estoques de terra para, em seguida, parcelar e enriquecer à custa da esperança do povo. Por isso, nós dissemos: vamos votar então só os interesses legítimos, e o Governo não aceitou. Quer votar tudo, porque aqui, com esta posição, desnuda que não tem preocupação com o meio ambiente, com a cidade que nós vamos deixar para os nossos meninos, que não tem preocupação com a população de baixa renda.

Então, apenas para que não repitamos os erros aqui já cometidos, porque nós sugerimos no projeto das igrejas que votássemos apenas o que estava dentro dos critérios de legalidade, e não foi aceito. E até hoje não há regularização das igrejas que estão em legalidade e muito menos das entidades de assistência social. Por isso, nós estamos aqui com a responsabilidade de aprovarmos um plano que siga a legislação e que realmente atenda aos interesses de quem precisa.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Berinaldo Pontes.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como membro efetivo da Comissão de Assuntos Fundiários, venho a esta tribuna dizer do meu entendimento pessoal acerca do Plano Diretor especificamente, porque é o tema mais esperado da sociedade do Distrito Federal, que não concorda mais em esperar para saber o que pode e o que não pode. Digo isso como morador da periferia, como morador de Planaltina.

Cito aqui, nominalmente, as áreas que serão beneficiadas pelo PDOT. Quero que alguém aqui me indague se há algum condomínio de rico nas áreas que vou citar agora: Arapoanga, Mestre D'Armas, Estâncias, Vila Feliz, Fercal, Água Quente... Eu falei que vou citar apenas Planaltina: Mestre D'Armas, Estância Mestre D'Armas de I a VI, Mansões Mestre D'Armas I, Setor de Mansões Itiquira — que não tem nada de mansões —, Estância Planaltina, Residencial Nova Planaltina, Bairro Vale do Amanhecer — da tia Neiva —, Mansões Arapoanga, Condomínio Vila Real, Condomínio Marissol, Vila Pacheco, Vila Dimas, Quintas do Amanhecer de I a III, San Sebastian, Veneza de I a III, Flamboyant, Bica do DER, Condomínio Cachoeira, Nosso Lar, Samaúma, Córrego do Meio, Morada Nobre e Bairro Nossa Senhora de Fátima. Saímos para o Paranoá e temos lá Novo Horizonte, Entre Lagos, Dom Bosco, Del Lago, Fazendinha e Itapoã.

Deputado Reguffe, o que acontece com esses condomínios que eu citei? Não se pode construir, as obras são embargadas e o povo humilde — em especial, eu falo de Planaltina, porque eu conheço, mas isso ocorre em todas as cidades carentes do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	57

Distrito Federal — fica sem poder construir os seus empreendimentos, as suas casas. Planaltina, por exemplo, não tem o seu PDL aprovado. PDL este que estava nesta Casa quando cheguei e que só poderia ser aprovado se fosse aprovado o PDOT.

Portanto, meus amigos, falar em especulação imobiliária é óbvio, é fácil, até porque esses setores, uma vez regularizados, vão melhorar, sim, e muito a vida de quem mora lá, de quem vai poder construir. Vai melhorar a infra-estrutura. Do jeito que está, se o Poder Executivo quiser colocar uma escola, tem que pedir permissão ao Poder Judiciário. "Não pode, não, meu amigo, só os ricos têm direito à infra-estrutura, à escola, à pracinha... Os pobres devem ficar na lama, na poeira". O equipamento público não pode chegar porque é considerado ilegal. É ou não é, gente? Chega de hipocrisia!

Em Planaltina, em especial, temos também a parte ambiental. Uma das mais importantes áreas ambientais do Distrito Federal está em Planaltina. E aqui eu cito Águas Emendadas. Águas Emendadas está sendo prejudicada no PDOT? Não. Portanto, sou favorável à regularização fundiária do Distrito Federal. Agora, é óbvio, é também função do Poder Legislativo fiscalizar. Nós vamos fiscalizar e não vamos aceitar picaretagem. Vamos denunciar. Mas eu acredito que é o marco inicial para a aprovação, Deputado Rogério Ulysses, dos nossos tão sonhados PDLs.

Penso aqui, hoje, e chamo a atenção da imprensa, que Jesus tinha 12 apóstolos, nem todos os 12 seguiram Jesus: um negou, um duvidou e outro traiu. Não vai ser um tema desses, complexo, que vai ter consenso. E aí, meus amigos, a democracia é boa porque se tem um favorável, um contrário e um em cima do muro. É normal.

Portanto, sou favorável à aprovação deste plano.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves para discutir.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores da galeria, meus amigos da imprensa, eu estava ouvindo aqui os discursos e prestei muita atenção ao que disseram vários Deputados. E, ao subir aqui na tribuna, alguns me disseram: "Não fala muito não". Mas eu precisava falar por uma razão simples: a questão do PDOT é muito séria. Para quem acompanha e tem a preocupação de acompanhar esse tema, o PDOT representa apenas 3% da área do nosso quadrilátero. Desses 3%, apenas 30% está com alguns pontos pré-estabelecidos para toda a região e uniforme. Depois de aprovado o PDOT, cria-se lei, discute-se e tem-se sugestões. Vocês vão voltar aqui de novo para reivindicar depois dessa aprovação.

Então, eu estava conversando ainda há pouco com o Deputado Batista das Cooperativas, com o Deputado Benício Tavares e com o Secretário Cássio Taniguchi e perguntei a S.Exas. por que o PDOT vem sendo discutido há 8 meses. Discussões intensas, varando a noite, debaixo de chuva, sol, quase um ano de discussão! Em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	58

nenhuma dessas discussões teve alguém do PT. Não foi ninguém do PT lá para discutir, para sugerir, para debater, para criticar, para falar nada. Nada! Para não ser injusto, a Deputada Erika Kokay foi a uma delas, na Asa Sul, dar uma entrevista para uma emissora de televisão, segundo informação do Deputado Batista das Cooperativas, mas não participou da reunião. As plateias e os teatros que estão fazendo sobre o PDOT são cômicos. É uma brincadeira de mau gosto de quem não tem o que fazer. Temos que trabalhar sério aqui na Câmara Legislativa. Voto e vou votar contra o requerimento exatamente por isso. Precisamos de seriedade, conversa, discussão. Claro, agora em bom termo. É muito fácil falar do Governador José Roberto Arruda, da equipe de Governo, que trabalham com seriedade. Vêm a esta Câmara Legislativa, acompanham, discutem, escutam os Deputados e tudo o que está sendo sugerido. Contudo, não há a outra parte do Partido dos Trabalhadores, que manda o povo gastar nesta época de recessão — o Presidente Lula fala: "Gaste seu dinheirinho". Devia participar mais em vez de ficar aqui só criticando.

Então, vou votar contra o requerimento. Quero parabenizar toda a equipe de Governo pela elaboração desse plano, os Deputados Benício Tavares, Batista das Cooperativas, Eurides Brito, que estão aqui e estiveram à frente em todas as reuniões. Então, há de se respeitar o Presidente desta Casa e todos os Deputados da base do Governo que participaram dessa discussão. Parabéns.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

Saliento aos Deputados que, em vez de prorrogar o tempo, estou concedendo 5 minutos diretos, sem prorrogação, como fiz para todos.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Deputado Alírio Neto e Deputado Líder desta Casa, Leonardo Prudente, só lamento que um debate dessa importância caia em um tipo de argumentação que procura desqualificar as pessoas. Desqualificar as pessoas! Acredito que ter posição favorável ou contrária a esse requerimento é extremamente legítimo. O que não é legítimo é um Deputado subir na tribuna e tentar desqualificar as pessoas por terem opiniões diferentes. Acho que o mínimo que se deve fazer é respeitar este Parlamento, tão criticado pela sociedade — acredito que, em algumas vezes, com toda razão, porque há esse tipo de postura aqui dentro. Qual é o problema de um Deputado ter posição A, B ou C? Nenhuma. Agora, dizer que, porque o Parlamentar não participou daquelas reuniões, não tem qualidade ou condição de qualificar o debate, isso, sim, é mediocridade. Isso, sim, é querer jogar para a plateia. Isso, sim, é querer desmoralizar o Parlamento. Todos os 24 Parlamentares, inclusive os suplentes, têm o direito de debater esse tema e devem ser respeitados pelos debates que fazem.

Sr. Presidente, sabe por que eu acho que deve ser adiada a apreciação desse projeto? Porque as argumentações aqui feitas pelos diversos Parlamentares provam



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11/12/2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	59

que estes estão despreparados para votar o tema. Parlamentar dizer que o PDOT vai regularizar a situação fundiária! Ora, desculpem-me. Parlamentar que fala uma coisa dessa não tem condição de votar tal peça, porque o PDOT não é para regularizar a situação fundiária. Isso não é verdade. Dizer que o PDOT trata de 3% é outra inverdade. Ele não pode tratar só de 3%, mas dos 100% do quadrilátero do Distrito Federal. Então, os argumentos que os Parlamentares estão trazendo aqui para defender a aprovação do PDOT me levam exatamente a crer que esta Casa está despreparada e não tem qualificação, neste momento, para votar tal matéria. E quero dizer por que não tem. Ora, Sr. Presidente, Deputado Alírio Neto, foram 5 meses para os nobres relatores, que não sofreram nenhuma pressão. Nenhuma bancada de partido pressionou o Deputado Batista das Cooperativas, o Deputado Benício Tavares e a Deputada Eurides Brito para apressarem a apresentação do relatório. S.Exas. tiveram aproximadamente 5 meses para apresentar o relatório. Cinco meses! Três Parlamentares levaram 5 meses, e querem que 21 Parlamentares o aprovem em apenas 2 semanas! O relatório levou 5 meses para ficar pronto - elaborado por 3 Parlamentares -, mas querem que 21 Parlamentares o aprovem em 2 semanas.

Então, entrando no mérito do requerimento: o mérito do requerimento pede o adiamento da votação; não marca uma nova data, mas pede o adiamento da votação. Acho extremamente justo que os Parlamentares que ainda não se sintam em condições de votar tal matéria tenham o direito de pedir o adiamento. É por isso que queremos, sim, que se adie a votação de tal matéria.

Se, porventura, a maioria decidir pela votação ainda na tarde de hoje, eu irei respeitar, mas quero proceder à discussão artigo por artigo, até para que todos saibam o que estão votando. Se tivermos de discutir essa peça hoje, quero que seja aprovado o meu requerimento.

No mais, espero que esta Casa tenha juízo e adie a votação desta matéria.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DEPUTADO GERALDO NAVES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para uma questão de ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com todo respeito ao nobre Deputado Paulo Tadeu, com quem, aliás, eu me dou muito bem, quero dizer que desqualificar o trabalho foi o que S.Exa. acabou de fazer. Três por cento...

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Deputado Geraldo Naves, esta é uma prática que, infelizmente, é usada por alguns Deputados nesta Casa, mas esta Presidência solicita a V.Exa., pela nobreza que tem tido, que não a utilize. O uso da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 12 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	60

palavra para questão de ordem normalmente é para tirar dúvidas sobre o Regimento Interno.

Infelizmente, sabemos que alguns Deputados aqui têm feito isso, mas gostaria que V.Exa. não o fizesse.

DEPUTADO GERALDO NAVES - Perfeitamente, Sr. Presidente. Concordo plenamente. Não vou prosseguir porque a nobre Deputada também não tem o direito de falar.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Exatamente.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para discutir. Sem revisão da oradora.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores assessores, serei breve, mas quero deixar claro que os relatores, entre os quais me incluo, não tiveram 5 meses para preparar um relatório. Se isso fosse verdade, estaríamos traindo a população do Distrito Federal, porque estaríamos começando as audiências públicas com o relatório pronto. Passamos, sim, 5 meses - e até mais do que isso - ouvindo as comunidades do Distrito Federal em todo o Distrito Federal, e até criando mais audiências públicas do que as previstas no edital que publicou o calendário das audiências públicas. Por quê? Para fazer, por exemplo, quando sentimos necessidade, uma audiência especial com a área rural, que estava contemplada no geral de cada região administrativa.

Então, dizer que tivemos 5 meses para preparar um relatório é tentar passar à população a ideia de que começamos a fazer as audiências públicas somente para cumprir um ritual, pois já estávamos com o relatório pronto.

Outro aspecto a considerar, e quero trazer à baila, é o seguinte: todos nós Parlamentares, todos - somos 24 Parlamentares - poderíamos ter acompanhado as audiências públicas ao longo desses 5 meses! Todos! Mas, lamentavelmente, poucos Parlamentares apareciam nas audiências públicas. Poucos. Em algumas delas, ou melhor, na maioria delas, exclusivamente os relatores compareciam.

Então, quem quis se preparar também ao longo dos 5 meses pôde se preparar com a participação nas audiências públicas.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Boa-tarde, Sr. Presidente; boa-tarde a todos; boa-tarde, nobres pares.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	61

Eu não usarei os 5 minutos para falar. Constatei a necessidade de fazer esta votação urgentemente ao ver o lado das pessoas carentes. Vou dar o exemplo do Movimento dos Inquilinos, Deputado Paulo Tadeu, de Sobradinho II. Há mais de um ano, o Governador José Roberto Arruda prometeu assentar 1.100 famílias, que hoje moram em situações muito precárias. Elas aguardam somente a regularização do PDOT para que aquela área de remoção seja autorizada e o Governo faça o assentamento das famílias do Movimento dos Inquilinos de Sobradinho II.

Eu acho que essa questão parece com a decisão de um grande campeonato - há dois times, mas, na disputa final, ninguém quer dar o pontapé inicial. Acho que a situação está colocada e não fará diferença se for votada hoje, daqui a um mês ou daqui a um ano.

Nós temos que ter bastante consciência para fazer o melhor pela nossa cidade. Em nome do Movimento dos Inquilinos de Sobradinho II, que acompanho e presencio, todos os domingos, em baixo do sol quente, a reivindicação por lotes para construir suas casas, espero que seja regularizado o mais rápido possível, a fim de que possamos dar moradias dignas aos que precisam neste momento.

Quanto aos problemas ambientais, eu os defendo com unhas e dentes. Mas acredito que não será a aprovação do PDOT, neste momento, que mudará o rumo da história para pior ou para melhor. Eu acho que essas questões podem ser conversadas no dia-a-dia. Se houver irregularidades, não vamos permitir que aconteçam. Agora, acho que a votação do PDOT já passou do momento. Não temos como adiar a votação.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Uma.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu vou votar favoravelmente ao requerimento de adiamento da votação do PDOT porque sou contra esse projeto. Vou votar contrariamente a esse projeto do PDOT. E vou votar contrariamente por quê? Eu penso que a cidade tem que ter, sim, um Plano Diretor de Ordenamento Territorial. Um plano diretor que planeje, que ordene a expansão urbana da cidade. Se o Distrito Federal hoje está vivendo muitos problemas é porque não teve um planejamento urbano lá trás.

Agora, eu quero um Plano Diretor que vise à qualidade de vida dos moradores desta cidade, e não um Plano Diretor que objetive os interesses comerciais da especulação imobiliária do Distrito Federal, como nesse projeto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	62

Eu penso, Sr. Presidente, que há uma série de coisas nesse projeto que não age em favor da cidade. Além de causar, em alguns casos, danos ambientais, muitas vezes, irreversíveis, como o Catetinho, que está no art. nº 134, inciso XXXII desse projeto. Está sendo programado para ser feito em cima de uma Área de Proteção de Mananciais, de uma área em que há nascentes. Brasília já vive o problema de esgotamento de recursos hídricos, e se esgotarão ainda mais os recursos hídricos da cidade. Há ainda a questão do trânsito, pois qualidade de vida também é trânsito. A entrada do Plano Piloto - para quem vem do Valparaíso, da Cidade Ocidental, do Gama, de Santa Maria e do Park Way - já é congestionada pela manhã. Como serão colados ali mais 7 mil veículos pela manhã? Isso vai prejudicar o trânsito, que já é caótico, vai piorar a qualidade de vida dos moradores daquela região. O engarrafamento no Eixo Monumental é conhecido por todos os moradores do Sudoeste, do Cruzeiro e por quem vem de Taguatinga e de Ceilândia pela Estrutural. Ou seja, o trânsito ali ficará pior, bem como a qualidade de vida dos moradores. Um projeto não pode ser feito para visar aos interesses da especulação imobiliária, mas à qualidade de vida dos moradores. Isso sem contar com os danos ambientais, que serão gravíssimos.

Votarei contrariamente ao PDOT porque penso que esperar um pouco mais para votá-lo poderia ajudar. Penso que o projeto tem de mudar porque, do jeito que está, não visa à qualidade de vida dos moradores. votarei contrariamente ao PDOT.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, população presente, o PDOT foi apresentado à Câmara Legislativa do Distrito Federal no dia 27 de novembro de 2007. Portanto, tramita há mais de um ano nesta Casa.

O processo de formação de uma sociedade, pelo menos em uma sociedade moderna, permite três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. O Legislativo, em seus procedimentos, a que chamamos processo legislativo, permite a participação da sociedade em audiências públicas, comissões técnicas e seminários. Esta Casa, excepcionalmente, além de promover audiências públicas e seminários, convidou órgãos técnicos para participar do debate em uma manhã e em uma tarde aqui. Convidamos o IBAMA e todas as outras instituições, tanto do Governo do Distrito Federal quanto do Governo Federal. Infelizmente, não tivemos uma participação tão contundente dos órgãos, como deveria ter sido. Hoje, temos a notícia de que o IBAMA, juntamente com o Instituto Chico Mendes, apresenta um relatório contrário ao PDOT, especialmente ao Catetinho.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	63

Fico pasmo com essa situação, em especial por conhecer esta cidade e por ter sido Administrador Regional do Guará. Em especial também quando a Estrutural ainda fazia parte do Guará. Dentro da região administrativa, temos o maior aterro sanitário do Distrito Federal, próximo ao Parque Nacional e à Barragem que dá recursos hídricos para o Plano Piloto - Asa Sul, Asa Norte, Lago Sul e Lago Norte -, conseqüentemente, com grandes possibilidades de ser afetado pelo Lixão.

Pois bem. Por várias vezes, quando ainda era administrador regional, e até agora, não vi nenhuma ação do IBAMA para conter o principal aterro sanitário, próximo ao maior parque ecológico que temos.

O que existe aqui é uma ação política com o intuito de atrapalhar um governo que tem um projeto da legalidade, que não aceita um condomínio irregular desde a sua fundação, um governo que se dispôs a dar um norte à questão fundiária nesta cidade.

Senhoras e senhores, eu queria fazer alguns comparativos. Pode-se dividir o PDOT? Pode-se descumprir uma lei federal prevista no Estatuto das Cidades? Como nós, Poder Legislativo, iríamos descumprir aquilo que é determinação legal e superior? Não há possibilidade de dividir isso. O PDOT é uma lei única, como foi em todas as cidades, como foi no PDL de Fortaleza, que é administrado pelo partido do Presidente da República, Sr. Lula. A unidade federativa do Distrito Federal é a única unidade diferenciada. Temos a maior área territorial composta por áreas do Governo. Como, em Fortaleza, uma prefeita vinculada ao Governo Lula poderia fazer um PDL sem entrar diretamente em áreas particulares? Como ela poderia fazer, se toda a área daquela cidade é praticamente particular?

E ainda querem adiar a votação do PDOT? Quais são as leis mais importantes deste país? O Estatuto da Criança e do Adolescente? O Código de Defesa do Consumidor? O Estatuto de Desarmamento é, sem dúvida, uma arma importante para a defesa da sociedade. Poderíamos falar, em especial, da lei mais importante deste país, a Constituição Cidadã, que muitos não quiseram votar e hoje se arrependem disso. Mas não vamos nos furtar ao nosso dever, porque, aí, eu "puxo" o mineirinho quietinho, que fala fininho, mas que canta bonito e diz: "Quem tem medo do poder é apenas mais um covarde a se esconder".

Não vamos nos furtar ao nosso poder de votar e dar a orientação fundiária que esta cidade precisa. Brasília terá uma regulamentação. Brasília tem um Governo firme, não aceita invasão de terra e regularizará as áreas irregulares. Teremos um governo legal, um governo de estado de direito, que respeita o cidadão, que dá oportunidade de trabalho. Um governo que dá moradia, que não faz marketing barato, aproveitando-se de quando a imprensa aparece.

Vamos lá! Vamos interromper o Lixão! Foi preciso interferência internacional, do BIRD, para se exigir o fechamento do Lixão, para que, finalmente, um governo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	64

sério começasse a tomar providências. Até então, os órgãos ambientais responsáveis por isso nada fizeram.

(Assume a Presidência o Deputado Alírio Neto.)

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT, Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria que antes da votação do PLC nº 46 fossem apreciados os Requerimentos nºs 13 e 14.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Deputado, estamos em apreciação de outro requerimento. Em seguida, V.Exa. poderá fazer esse pedido.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Após esse pronunciamento, que me deixou emocionado ao lembrar-me da Constituição Cidadã e da coragem de nossos Parlamentares de votá-la - outros queriam adiar -, passaremos à votação.

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votaremos "sim".

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a orientação da bancada do Governo é pelo voto "não".

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM D 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO
D REDAÇÃO FINAL EM / / 2008

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. OCOM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) _____
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 G RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) 1313/08
 DOUTROS _____

GVOTO EM SEPARADO

Autor: **Deputado(a):** Vários Deputados Executivo
 Relator: **Deputado(a):** _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP		X			
	BENÍCIO TAVARES	PMDB		X			
	BERINALDO PONTES	PP		X			
	BISPO RENATO	PR		X			
	BRUNELLI	DEM		-		X	
	CABO PATRÍCIO	PT	X	-			
	CHXCO LEITE	PT	X	-			
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB		X			
	DOCTOR CHARLES	PTB		X			
	ÉRIKA KOKAY	PT	X	-			
	EURIDES BRITO	PMDB		X			
	GERALDO NAVES	DEM		A			
	JAQUELINE RORIZ	PSDB		-		X	
	LEONARDO PRUDENTE	DEM		X			
	MILTON BARBOSA	PSDB		-		X	
	PAULO TADEU	PT	X	-			
	PEDRO DO OVO	PMN		X			
	RAAD MASSOUH	DEM		X			
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL		A			
	REGUFFE	PDT	X	-			
	ROBERTO LUCENA	PMDB		X			
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X	-			
	WILSON UMA	PR		X			
	ALÍRIO NETO	PPS		X			
	TOTAL			06	15	03	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. Wilson Lima
 CONSOLIDADO POR _____
 ASSINATURA _____ MAT. _____
 ASSP/ Nº _____
 FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 de 12 de 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	65

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação; 6 votos favoráveis e 15 votos contrários. Houve 3 ausências.

Está rejeitado o requerimento.

A matéria segue para arquivamento.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes da votação do Projeto de Lei Complementar nº 46, eu gostaria que fosse apreciado o Requerimento nº 1.314, de 2008, de vários Parlamentares, que "requer, nos termos do art. 145, XIV, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a votação artigo por artigo, emenda por emenda, do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007, que 'aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e dá outras providências'".

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Esta Casa vai submeter o requerimento apresentado pela bancada do Partido dos Trabalhadores - assinado pelo Deputado Cabo Patrício, pela Deputada Erika Kokay, pelo Deputado Reguffe, pelo Deputado Paulo Tadeu e pelo Deputado Brunelli - ao Plenário.

Item Extrapauta:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.314, de 2008, de autoria de vários Deputados, que "requer, nos termos do art. 145, XIV, do Regimento interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a votação artigo por artigo, emenda por emenda, do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007, que 'aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e dá outras providências'".

Esta Presidência vai submeter ao Plenário o requerimento, lembrando que, no mesmo artigo, o art. 145, no seu parágrafo único, diz o seguinte: "Os requerimentos não sofrerão discussão e só poderão ter a sua votação encaminhada pelo autor e pelos líderes por cinco minutos cada um, sendo decidido por processo simbólico".

Algum líder deseja fazer o encaminhamento? Trata-se de encaminhamento para votação.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Não pode haver discussão?

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Não, só há o encaminhamento. Está no Regimento Interno.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	66

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para encaminhar votação. Sem revisão do orador.) - Sr. **Presidente**, a bancada do Partido dos Trabalhadores e dos Deputados que assinaram votam "sim".

DEPUTADO REGUFFE - Sr. **Presidente**, como **Líder**, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Êxa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. **Presidente**, Sras. e Srs. Deputados, apesar de ser o único da minha bancada, eu vou encaminhar o voto favorável ao requerimento pelo simples fato de achar que é mais justo com a população do Distrito Federal e que preserva melhor o interesse público a votação artigo por artigo e emenda por emenda, até para que nós possamos aqui decidir democraticamente o que a população, por meio de seus representantes legitimamente eleitos, deseja. Eu penso que o que melhor preserva o interesse público é que este projeto seja detalhado e que seja votado artigo por artigo e emenda por emenda. E a minha posição.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. **Presidente**, como **Líder do Governo**, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (**Líder do Governo**. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. **Presidente**, Sras. e Srs. Deputados, o encaminhamento é pela rejeição do requerimento. Não vemos nenhuma necessidade de votação de artigo por artigo, até porque os Deputados já o conhecem.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - O encaminhamento é só pelas lideranças. Apenas três lideranças quiseram fazer o encaminhamento.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. **Secretário** que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM D 1º TURNO D 2º TURNO TURNO ÚNICO

D **REDAÇÃO** FINAL EM / / 2008

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. GCOM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) _____
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) 1314/08

DOUTROS _____

VOTO EM SEPARADO

Autor: **Deputado(a):** Vano Reputado D Executivo

Reator: **Deputado(a):** _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP		/			
	BENÍCIO AVARES	PMDB		/			
	BERINALDO PONTES	PP		/			
	BISPO RENATO	PR		/			
	BRUNELLI	DEM				X	
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT	/				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB		/			
	DOUTOR CHARLES	PTB		/			
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB		/			
	GERALDO NAVES	DEM		/			
	JAQUELINE RORIZ	PSDB				X	
	LEONARDO PRUDENTE	DEM		/			
	MILTON BARBOSA	PSDB				X	
	PAULO TADEU	PT	X				
	PEDRO DO OVO	PMN		/			
	RAAD MASSOUH	DEM		/			
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL		/			
	REGUFFE	PDT	/				
	ROBERTO LUCENA	PMDB		/			
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB		/			
	WILSON UMA	PR		/			
	ALÍRIO NETO	PPS		/			
	TOTAL		5	16		3	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. Wilson Uma

CONSOLIDADO POR WABW

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº /

FOLHA Nº

PLC nº 46/07 FILHA 002783
 ASSESSORIA DE PLENÁRIO PROT. JP-12-2008 13:22 002783



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	67

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 5 votos favoráveis, 16 votos contrários. Houve 3 ausências.

Está rejeitado.

A matéria segue para o arquivamento

Item nº 11:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que "aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e dá outras providências"

Informo que a matéria recebeu substitutivo comum, de autoria dos relatores das comissões. No entanto, este substitutivo não foi objeto de deliberação. Portanto, solicito aos relatores da Comissão de Assuntos Fundiários - Deputado Benício Tavares -, da Comissão de Desenvolvimento Económico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo - Deputado Batista das Cooperativas - e da Comissão de Constituição e Justiça que se manifestem, individualmente, pelas respectivas comissões.

Iniciando pelo Deputado Benício Tavares, pela Comissão de Assuntos Fundiários, em relação ao substitutivo.

Solicito ao Relator, Deputado Benício Tavares, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço à Mesa para ir à parte **finalíssima** do nosso relatório e voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - V.Exa. tem a autorização.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que "aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Assuntos Fundiários, sem prejuízo das emendas, o nosso parecer é pela aprovação do substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 ' 12 ' 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	68

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria que fosse lido o inteiro teor do parecer para que todos os Parlamentares tivessem conhecimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Foi solicitado à Presidência a dispensa da leitura. Eu estou no exercício da Presidência e eu a concedi.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós não podemos nos posicionar acerca de um parecer sem conhecê-lo; pelo menos isso. É um direito regimental de cada Deputado conhecer o parecer.

(Assume a Presidência o Deputado Alírio Neto.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Os pareceres dos relatores foram entregues.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não foram entregues, Sr. Presidente. Foi entregue apenas o substitutivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - O parecer com os substitutivos foram entregues.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não foram! Não foram!

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Foram entregues. Inclusive, com recibo. A Presidência tomou essa providência. Então, solicitaremos os recibos de cada gabinete.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, se me permite, V.Exa. não pode negar o direito que tem qualquer Parlamentar de conhecer...

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - V.Exa., então, mude sua solicitação e peça para que ocorra a leitura. V.Exa. não pode dizer que não foi entregue, pois temos os recibos dos gabinetes.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, estamos pedindo exatamente para que seja lido o parecer. Talvez V.Exa. não tenha percebido qual é a discussão que está acontecendo aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Eu ouvi claramente que o parecer não havia sido distribuído. Digo que foi distribuído e recolhido o recibo. Agora, se é para ler...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	43ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	69

Deputado Benício Tavares, por gentileza, V.Exa. que é uma pessoa, aliás, magnânima, com certeza, um *expert* no assunto, pode fazer a leitura?.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - O Deputado Benício Tavares fará a leitura do parecer.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT, Sem revisão da oradora.) - Sim, Sr. Presidente, apenas quero corrigir uma informação. Nós recebemos o substitutivo, mas nós não conhecemos o parecer. Por isso, foi feita a questão de ordem para que pudéssemos conhecer esse parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Qual é exatamente a sua questão de ordem, Deputada?

Há pouco, V.Exa. reclamou da questão de ordem do Deputado Geraldo Naves. Seja objetiva. Qual é a questão de ordem de V.Exa. no âmbito regimental e constitucional?

DEPUTADA ERIKA KOKAY - A minha questão de ordem neste momento é apenas uma tentativa de elucidar todos os fatos e retificar o que foi dito por V.Exa. Quero também solicitar vista do projeto,

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Esta Presidência concede 5 minutos de vista conjunta à Deputada Erika Kokay e aos outros Deputados.

Primeiramente, solicito ao Deputado que proceda à leitura do parecer.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, enquanto é feita a vista do projeto, poderíamos dar sequência à sessão para votarmos os projetos do Governo? Minha solicitação é no sentido de continuarmos.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - A sua solicitação procede, Deputado. Provavelmente, iremos fazê-lo.

Solicito ao Deputado Benício Tavares que proceda à leitura do parecer.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer conjunto de 3 comissões - Comissão de Assuntos Fundiários, Comissão de Desenvolvimento Económico Sustentável, Ciência e Tecnologia e Comissão de Constituição e Justiça - ao substitutivo ao PLC nº 46, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que "aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF e dá outras providências":



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

69.1

COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER CONJUNTO DE 2008

Da Comissão de **Assuntos Fundiários, Comissão de Desenvolvimento Económico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo e Comissão de Constituição e Justiça** sobre o PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 46/2007, que *"aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e dá outras providências."*

Autor: Poder Executivo

Relatores:

Deputado Benício Tavares (CAF)

Deputado Batista das Cooperativas (CDESCTMAT)

Deputada Eurlides Brito (CCJ)

I – RELATÓRIO

De autoria do Poder **Executivo**, o Projeto de Lei **Complementar nº 46/2007**, trata da revisão do Plano Diretor de Ordenamento **Territorial** do Distrito Federal - PDOT. A referida matéria constitui o principal instrumento da **política** urbana do Governo do Distrito **Federal**, estabelecendo um conjunto de princípios e regras que devem ser obedecidas na produção e utilização do território.

A nota **técnica**, anexada à Mensagem, estabelece que o PDOT orienta políticas públicas para o património **cultural**, meio ambiente, sistema **viário**, viabilidade e **transporte**, saneamento ambiental, **energia**, desenvolvimento económico e rural, habitação e equipamentos regionais, entre **outros**, sendo de extrema importância para o crescimento da cidade. Define os objetivos a serem alcançados em cada área da cidade e quais estratégias devem ser implantadas **para** atingi-las.

A revisão do PDOT visa adequar as mudanças sociais, económicas e territoriais ocorridas nos **últimos anos** em relação à dinâmica urbana e ao novo **estilo** de vida de nossa população. -

O PDOT possibilita a interação entre o poder **público** e a população, porque regulariza a situação de todos.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

A proposição introduz dois novos instrumentos: as zonas de contenção urbana e os certificados de potencial de construção.

As zonas **limitam** as ocupações em **32%**, o que vai permitir alta margem de preservação.

Os certificados permitirão que sejam **extrapolados** os limites de construção em determinadas áreas, pagando-se mais por isso.

Para os novos parcelamentos urbanos está prevista a destinação de percentual mínimo de 15% da terra **para** construção de escolas, **creches**, postos de saúde e outras obras do **gênero**, além de espaços livres de uso **público**. Os lotes terão área **mínima** igual a **125** metros quadrados e frente mínima de cinco metros na macrozona urbana.

A revisão do PDOT, desde o **início** do **processo**, teve garantida a ampla e ativa participação das comunidades envolvidas, por meio dos seguintes instrumentos: audiências públicas, divulgação de estudos e pesquisas realizados, comissão de acompanhamento e articulação **institucional**, reuniões **locais**, audiências **regionais**, audiências virtuais e criação da página eletrônica www.Ddot.s6duma.df.aov.br na internet para disponibilizar **informações**, acompanhamento e recebimento de sugestões.

As três Audiências Públicas Gerais, realizadas **pela SEDUMA**, constituíram momentos de consolidação de todas as etapas do processo de discussão com a sociedade. A primeira contou com 886 participantes e foi direcionada à aprovação dos objetivos e **diretrizes** gerais do Plano; a segunda contou com 1506 participantes e a terceira com 1934, nas quais foram abordadas questões referentes a transformação de áreas urbanas em áreas rurais e vice-versa, regularização fundiária, Planos Diretores Locais e preservação do meio **ambiente**, sendo este o **tema** que gerou mais **discussões**.

Pelas Comissões de Assuntos Fundiários, Desenvolvimento Económico Sustentável, Ciência, **Tecnologia**, Meio Ambiente e Turismo e de Constituição e Justiça foram realizadas 11 (onze) audiências públicas, 02 (duas) Comissões Gerais e 01 (uma) reunião com o Ministério Público na **qual** estabeleceu-se um cronograma de 09 (nove) audiências, que foi estendido para 11 (**onze**), conforme descrito abaixo, havendo, em todas elas, ampla participação da sociedade.

1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

30/04/2008 - Audiência Pública Geral

Realizada no **Auditório** do SENAC - SEPS - 703/903, lote "A"

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

09/05/2008 - Audiência Pública da Unidade de Planejamento Territorial Central, que abrange;

- a) **Brasília** - RA I;
- b) **Cruzeiro** - RA XI;
- c) Candangolândia - BA XIX;
- d) Sudoeste / Octogonal - RA XXII

Realizada no Auditório da TERRACAP, **SAM** bloco "F", **Edifício Sede**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

14/05/2008 – Audiência Pública da Unidade de Planejamento Territorial **Central** - Adjacente 1, que abrange:

- a) Lago Sul - RA XVI;
- b) Lago Norte – RA XVIII;
- c) Varjão – RA XXIII;
- d) Park Way – RA XXIV

Realizada no Auditório da Administração Regional do Lago Sul

4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

21/05/2008 - Audiência Pública da Unidade de Planejamento Territorial **Oeste**, que abrange:

- a) Taguatinga – RA III;
- b) Ceilândia – RA IX;
- c) Samambaia – RA XII;
- d) Águas Claras - RA XX.

Realizada no Auditório da Administração Regional de Ceilândia

5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

28/05/2008 - Audiência Pública da Unidade de Planejamento Territorial Norte, que abrange:

- a) Brazlândia – RA IV;
- b) Sobradinho - RA V;
- c) Sobradinho II RA XXVI;
- d) Planaltina – RA VI.

Realizada no Centro Esportivo de Sobradinho

6ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

30/05/2008 - Audiência Pública da unidade de Planejamento Territorial **Leste**, que abrange:

- a) Paranoá – RA VII;
- b) São Sebastião - RA XIV;
- c) Jardim Botânico - RA XXVII;
- d) Itapoã – RA XVIII.

Realizada no Salão Paroquial Nossa Senhora Aparecida, Centro, São Sebastião

7ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

04/06/2008 - Audiência Pública da unidade de Planejamento Territorial Sul, que abrange:

- a) Recanto das Emas - RA XV;
- b) Riacho fundo II – RA XXI;
- c) Gama - RA II;
- d) Santa Maria – RA XIII.

Realizada no Cine Itapuã, na Área Especial, Setor Leste, Gama

8ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

06/06/2008 - Audiência Técnica para Análise Ambiental

Realizada no Auditório da Administração Regional de Taguatinga

9ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

13/06/2008 - Audiência Pública da Unidade de Planejamento Territorial Central - Adjacente 2, que abrange:

- a) SIA – RA XXVIII;
- b) SCIA – RA XXIV;
- c) Núcleo Bandeirante - RA VII;
- d) Riacho Fundo – RA XVII;
- e) Guará – RA X



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Realizada às 10h, no Auditório da FIBRA no trecho 3/4, lote 225 - SIA.

10ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

18/06/2008 - Audiência Pública das Regiões Administrativas da Unidade de Planejamento Territorial Leste:

a) Paranoá – RA VII;

b) Itapoã – RA XVIII.

Realizada às 10 h na Quadra de Esportes Coberta, na **Área Especial**, Praça Central, Paranoá.

11ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

20/06/2008 - Audiência Pública Técnica das Zonas Rurais:

Realizada às 10 h no espaço Tathersal Joaquim Roriz, no Parque de Exposição da Granja do Torto - DF.

Após a realização dessas audiências públicas foi elaborada uma compilação das **contribuições**, sintetizadas no quadro abaixo.

TOTAL DE QUESTÕES	QUANT.	PERCENTUAL
RELATIVAS AO PDOT	551	81,99%
Atendidas pelo PLC 46/2007	285	42,41%
Não atendidas pelo PLC 46/2007	263	39,14%
NÃO AFETAS AO PDOT	124	18,45%
TOTAL DE MANIFESTAÇÕES E REIVINDICAÇÕES	672	100,00%
TOTAL DE QUESTÕES	QUANT.	PERCENTUAL
Atendidas pelo PLC 46/2007	285	42,41%
Não atendidas pelo PLC 46/2007	263	39,14%
TOTAL DE REIVINDICAÇÕES ATENDIDAS	285	42,41%
TOTAL DE MANIFESTAÇÕES E REIVINDICAÇÕES	551	

A proposta **compõe-se** de 271 artigos, divididos em sete títulos e capítulos assim discriminados:

TÍTULO I – DA POLÍTICA TERRITORIAL

Capítulo I - Da Revisão do PDOT/DF

Capítulo II - Dos Princípios do Plano

Capítulo III - Dos Objetivos Gerais

TÍTULO II - DAS DIRETRIZES SETORIAIS PARA O TERRITÓRIO

Capítulo I • Do Patrimônio Cultural

Capítulo II - Do Meio Ambiente

Capítulo III - Do Sistema de Transporte, do Sistema Viário e Circulação e da Mobilidade

Capítulo IV - Do Saneamento Ambiental e da Energia

Seção I - Do Saneamento Ambiental

Seção II – Da Energia

Capítulo V - Do Desenvolvimento **Econômico**

Capítulo VI - Da Urbanização, do Uso e da Ocupação do Solo

Capítulo VII - Da Habitação

Capítulo VIII - Dos Equipamentos Regionais

Capítulo IX - Do Desenvolvimento Rural



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Capítulo X- Da Integração com os Municípios Limítrofes

TÍTULO III - DA ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Capítulo I - Do Macrozoneamento

Capítulo II - Do Zoneamento

Seção I - Da Macrozona Urbana

Subseção I - Da Zona Urbana do Conjunto Tombado

Subseção II - Da Zona Urbana de Uso Controlado I

Subseção III - Da Zona Urbana de Uso Controlado II

Subseção IV - Da Zona Urbana Consolidada

Subseção V - Da Zona Urbana de Expansão e Qualificação

Subseção VI - Da Zona de Contenção Urbana

Seção II - Da Macrozona Rural

Subseção I - Da Zona Rural de Uso Diversificado

Subseção II - Da Zona Rural de Uso Controlado

Seção III - Da Macrozona de Proteção Integral

Seção IV - Da Área de Proteção de Manancial

Seção V - Da Área de Interesse Ambiental

Capítulo III - Das Unidades de Planejamento Territorial

Capítulo IV - Das Estratégias de Ordenamento Territorial

Seção I - Da Estratégia de Dinamização de Espaços Urbanos

Seção II - Da Estratégia de Revitalização de Conjuntos Urbanos

Seção III - Da Estratégia de Estruturação Viária

Seção IV - Da Estratégia de Regularização Fundiária

Seção V - Da Estratégia de Oferta de Áreas Habitacionais

Seção VI - Da Estratégia de Implantação de Pólos Multifuncionais

Seção VII - Da Estratégia de Integração Ambiental do Território

TÍTULO IV - DOS INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL E DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Capítulo I - Das Disposições Gerais

Capítulo II - Dos Instrumentos de Planejamento Territorial e Urbano

Seção I - Da Lei de Uso e Ocupação do Solo

Seção II - Dos Planos de Desenvolvimento Local

Seção III - Do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília

Seção IV - Da Lei de Parcelamento do Solo Urbano

Capítulo III - Dos Instrumentos Jurídicos

Seção I - Do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios

Seção II - Do Direito de Superfície

Seção III - Do Direito de Preempção

Seção IV - Da Outorga Onerosa do Direito de Construir e de Alteração de Uso

Subseção I - Das Contrapartidas

Subseção II - Da Outorga Onerosa do Direito de Construir

Subseção III - Da Outorga Onerosa de Alteração de Uso

Seção V - Da Transferência do Direito de Construir

Seção VI - Do Consórcio Imobiliário

Seção VII - Da Operação Urbana Consorciada

Seção VIII - Da Concessão de Uso Especial para fins de Moradia

Seção IX - Da Concessão de Direito Real de Uso

Seção X - Do Usucapião Urbano Individual ou Coletivo



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

69-6

Seção XI - Do **Urbanizador Social**
Seção XII - Do Estudo de Impacto de **Vizinhança**
Capítulo IV - Dos Instrumentos de Gestão Democrática
TÍTULO V - DA GESTÃO DO PLANEJAMENTO **TERRITORIAL** E URBANO
Capítulo I - Da Conceituação, Finalidade e Abrangência
Capítulo II - Da Estrutura e das Atribuições dos seus Componentes
Seção I - Do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal
Seção II - Dos Conselhos das Unidades de Planejamento Territorial do Distrito Federal
Seção III - Dos Conselhos Locais de Planejamento Territorial e Urbano
Seção IV - Dos Demais Componentes do **SISPLAN**
Capítulo III - Do Sistema de Informação **Territorial** e Urbana do Distrito Federal
Capítulo IV - Do Sistema Cartográfico do Distrito Federal
Capítulo V - Do **Monitoramento** do Uso e da Ocupação do Território
TÍTULO VI - DAS PENALIDADES
TÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Durante a tramitação a proposição recebeu 114 (cento e quatorze) emendas.
É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal cumpre à Comissão de Assuntos Fundiários, nos termos do art. 68, inciso I, alíneas a, b, e, **g e i** analisar e emitir parecer de mérito sobre matérias que tratem de normas gerais de direito urbanístico em geral; à Comissão de Desenvolvimento Económico **Sustentável**, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, nos termos do art. 69-B, alíneas **d, f e j**, compete emitir parecer de mérito sobre matérias que tratem da política desenvolvimento económico sustentável e à Comissão de Constituição e Justiça, nos termos do art. 63, inciso I, compete examinar a admissibilidade das proposições quanto à constitucionalidade, juridicidade e legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação.

A ideia motivadora da proposição é de inquestionável **valor**, por visar a revisão do instrumento básico da política urbana e da orientação dos agentes públicos e privados que atuam no território do Distrito **Federal**, tendo por finalidade propiciar o pleno desenvolvimento das funções da propriedade urbana e rural e uso equilibrado de seu **território**, de forma a assegurar o **bem-estar** de seus habitantes.

A análise das comissões de mérito limitam-se aos aspectos relativos a conveniência, oportunidade política e aos efeitos que a medida pode ter sobre a sociedade, caso seja aprovada por esta Casa.

Na análise da constitucionalidade da matéria, deve ser considerado o aspecto da competência do Distrito Federal para **legislar** sobre o tema, como se pode verificar **pelos** termos do art. 321, da Lei Orgânica do Distrito Federal;

“Art. 321 É atribuição do Poder Executivo conduzir, no âmbito do processo do planejamento do Distrito Federal, as bases de discussão e elaboração do PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO



69-7

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERRITORIAL DO DISTRITO FEDERAL, da LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO e DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, bem como sua implementação (art. e parágrafo único com a redação da Emenda à Lei Orgânica nº 49, de 2007)."

Por outro lado a Lei Orgânica do Distrito Federal, no art. 71, estabelece a competência privativa do Governo do Distrito Federal na iniciativa das Leis Complementares.

Face ao exposto, é de uma **clareza** solar que quanto ao **mérito**, a proposta deve prosperar, visto ser conveniente, ter oportunidade política e produzir efeitos benéficos para toda cidade e sua população.

Quanto a constitucionalidade, pelos elementos já expostos, fica claro que não há impedimento em relação à presente proposição. Ao legislar sobre a matéria, o Poder Legislativo não invade competência específica do Poder Executivo e não fere o princípio da independência dos Poderes.

Ante o exposto, manifestamos nosso voto pela **APROVAÇÃO** do Substitutivo ao PLC nº 46, de 2007, no âmbito das Comissões de Assuntos Fundiários, Desenvolvimento Económico **Sustentável**, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo e de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em

de dezembro de 2008.

Deputado **Benício Tavares** (CAF)

Relator

Deputado **Batista das Cooperativas** (CDESCTMAT)

Relator

Deputada **Eurides Brito** (CCJ)

Relatora



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	70

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Após o requerimento da Deputada Erika Kokay, que acaba de retornar para o plenário, nós vamos fazer aquilo que foi solicitado por V.Exa., Sra. Deputada, e vamos lhe ceder 5 minutos de vista. Se algum Deputado quiser, também será concedido vista conjunta.

Então, concedo 5 minutos de vista à Deputada Erika Kokay do parecer apresentado pelos relatores.

Deputado Benício Tavares, por favor, entregue a cópia do parecer para a Deputada Erika Kokay. (Pausa.)

Acaba de ser entregue o parecer. Marcaremos cinco minutos. Estou cronometrando o tempo.

Está suspensa a presente sessão por cinco minutos.

(Suspensa às 19h41min, a sessão é reaberta às 19h46min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Está reaberta a sessão.

Está expirado o prazo de vista solicitado pela Deputada Erika Kokay.

Solicito aos Srs. Deputados que retornem ao plenário.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, recebemos o substitutivo, entretanto, existe uma série de mapas que estão no processo aos quais não tivemos acesso. Então, eu gostaria de solicitar a V.Exa. que nos concedesse mais dez minutos para verificarmos esses mapas. Há mapas aos quais não tivemos acesso.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Na distribuição da pauta, no item nº 11, além da programação, embaixo, em destaque, tem a seguinte observação: "Os avulsos, mapas, anexos e substitutivo da proposição encontram-se disponíveis na página da Câmara Legislativa do Distrito Federal no seguinte endereço: www.cl.df.gov.br/portal/processo-legislativo-1",

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Nós recebemos mapas, Sr. Presidente, mas não recebemos todos os mapas que estão no processo nem podemos verificá-los no endereço que V.Exa. está identificando neste momento.

Então, estou dizendo a V.Exa....

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Diante do espírito democrático desta Casa, eu já havia cedido a V.Exa. 5 minutos e vou ceder mais 5, na expectativa de que seja possível fazer isso, uma vez que esse equipamento estava à disposição no endereço eletrônico.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	71

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 19h49min, a sessão é reaberta às 19h55min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Está reaberta a sessão após o prazo de vista.

Em discussão o parecer conjunto das comissões, elaborado em atendimento ao previsto no art. 36 do Regimento Interno desta Casa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero informar que devolvi à Mesa o projeto, depois da célere análise que podemos fazer.

Sr. Presidente, o Relator pode ajudar a responder minha questão. O parágrafo único do art. 6º diz: "o documento técnico do PDOT e o Memorial Descritivo dos Perímetros das macrozonas, das zonas e das áreas constituem também partes integrantes deste Plano Diretor." Está-se aqui falando, Sr. Presidente, das poligonais, inclusive.

Agora, ao analisar o processo - e fizemos conforme permitido, com a profundidade permitida, em apenas 10 minutos, que foi o prazo concedido -, observamos que não existe esse documento técnico e nem o memorial descritivo das macrozonas. O que consta do processo são o documento técnico e o memorial descritivo das macrozonas, das áreas e zonas, enfim, relativos ao projeto original. V.Exa. sabe que essa já é uma terceira versão da que saiu. Portanto, não é a versão que saiu das audiências públicas, das três grandes audiências públicas. Essa é a terceira versão. E o documento técnico corresponde ao projeto original que foi discutido nas audiências públicas.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Deputada Erika Kokay, conclua a questão de ordem de V.Exa., por favor.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - A minha questão de ordem, Sr. Presidente, é uma pergunta muito simples: onde está o documento técnico do PDOT? Nós vamos dar um *aval*, um cheque em branco.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Deputada Erika Kokay, conclua a sua questão de ordem. Não é para fazer discurso, é para fazer questão de ordem. V.Exa. está fazendo discurso. Conclua sua questão de ordem, senão vou ter que cortar o microfone. Tenho tido muita paciência, muita democracia, mas V.Exa. está usando do expediente que V.Exa. recomendou que o Deputado Geraldo Naves não usasse. V.Exa. está fazendo discurso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	72

DEPUTADA ERIKA KOKAY - A minha questão de ordem, Sr. Presidente, é apenas perguntar a V.Exa., que é Presidente desta Casa, e aos relatores que podem ajudar, onde está o documento técnico.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Deputada Erika Kokay, essa questão de ordem, V.Exa. já havia feito.

Esta Presidência indaga ao Relator se há condições de responder. Por gentileza, Deputada Erika Kokay, ceda o microfone ao Relator.

(Intervenção fora do microfone)

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, não se pode revogar o dispositivo. Não se pode revogar dispositivo!

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - É a Deputada que não deixa. A Deputada Erika Kokay, quando se apodera do microfone, não deixa ninguém falar. Está ficando complicado!

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, existem questões regimentais que são procedimentos legais e existem questões protelatórias. Eu, na condição de vice-Líder do Governo, queria pedir algo a V.Exa.

A Deputada Erika Kokay está na vã ilusão de fazer questões protelatórias nesse microfone para que se esvazie a sessão e não haja *quorum*. Isso não vai acontecer. Então, eu queria pedir a V.Exa. que atenda às questões regimentais, o que não pode ser diferente, mas que, logo em seguida, fôssemos imediatamente à votação do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Deputado Batista das Cooperativas, quero lembrar tanto ao senhor quanto à Deputada Erika Kokay que, infelizmente, a questão da Deputada Erika Kokay já está intempestiva, uma vez que o requerimento para discussão item a item, e ela está destacando o item para discussão, já foi rejeitado pelo Plenário desta Casa.

Além disso, o Deputado Benício Tavares procura responder e ela não cede o espaço do microfone para que ele responda.

Deputado Benício Tavares, o senhor tem condições de responder?

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - Sr. Presidente, entendo esse debate por ser este projeto tão importante. Quanto a esse artigo específico que a Deputada Erika Kokay menciona, houve uma reunião da qual participamos e na qual informamos claramente que estamos apresentando uma emenda que será apreciada, obviamente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	73

por acordo feito na "sala do cafezinho", revogando esse dispositivo para que possamos adaptar ao texto as modificações introduzidas durante o processo legislativo. Então, é de conhecimento da bancada do PT essa emenda e isso ficou acordado numa reunião que fizemos na Liderança do PMDB com a presença de representantes da Assessoria da bancada do PT. É claro que, para dificultar, Sr. Presidente, eu até entendo a posição dos Deputados. O fato é que há disponibilidade de todos os documentos que estão hoje na SEDUMA referentes ao PDOT a qualquer assessor para que tenham conhecimento de tudo. Há informações sobre os mapas e sobre outros mais, que só os técnicos poderão discutir precisamente.

Então, essa questão, especificamente, no momento seguinte, será corrigida por uma emenda apresentada por este Relator.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Esta Presidência sente-se satisfeito com o esclarecimento dado pelo Deputado Benício Tavares.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu não estou aqui para fazer protelação nenhuma e é extremamente natural que a vontade da maioria prevaleça dentro da Casa. Agora, não se pode, a cada questionamento que a Oposição fizer, as pessoas virem aqui e tentarem desqualificar os argumentos da Oposição.

Eu queria que V.Exa., Presidente Alírio Neto, atentasse para a seriedade do que está acontecendo nessa questão. Isso não é protelação. O que diz aqui, Presidente Alírio? Só presta atenção...

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - O Deputado Benício Tavares já respondeu a essa questão.

DEPUTADO PAULO TADEU - Mas é mais sério ainda a coisa. O Deputado Benício Tavares disse que irá apresentar uma emenda para excluir. Não é isso?

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Nós já tivemos situações semelhantes a esta aqui na Casa...

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, eu quero que V.Exa. apenas escute. Só para que V.Exa. veja.

Olha o que diz aqui o parágrafo único: "Os documentos técnicos do PDOT..." Presta atenção. "... e o memorial descritivo dos perímetros das macrozonas, das zonas e das áreas constituem também partes integrantes desse PDOT". O que está dizendo esse parágrafo que veio do Governo? Esse parágrafo veio do Governo. Que todos esses estudos técnicos, esse memorial, enfim, fazem parte do PDOT. O Deputado Alírio disse o seguinte...

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Deputado Benício Tavares...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	74

DEPUTADO PAULO TADEU - Desculpa, Sr. Presidente. O Deputado Benício Tavares disse que vai apresentar uma emenda para retirar do PDOT esse parágrafo. O que significa dizer que o nosso PDOT não vai ter documento técnico, nem memorial descritivo, não vai ter perímetro das macrozonas, das zonas e das áreas. É isso o que está dizendo. Se eu estiver errado, Sr. Presidente, eu até quero dizer que não tem problema. Agora, eu só gostaria que me explicassem direito sobre isso porque, se vai retirar, não vai ter então perímetro no nosso PDOT? O PDOT que estamos aprovando aqui não vai ter...

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Deputado, V.Exa. já fez sua questão de ordem. Vamos esperar a resposta do Deputado Benício Tavares. Eu sei o que V.Exa. está falando, mas o Deputado Benício Tavares disse que tem um acordo para fazer a correção. Eu acredito que o Deputado Benício Tavares, como Relator, fará o esclarecimento.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - Sr. Presidente, vamos esclarecer mais uma vez. Quanto à análise desse projeto, que sofreu uma série de modificações, esses documentos terão que ser adaptados na SEDUMA. Estamos tirando essa disponibilidade, mas todo o planejamento territorial está disponível para quem quiser ver. Contudo, a SEDUMA vai ter que fazer uma nova adaptação desse assunto. É claro que tem que retirar isso, senão vamos inviabilizar a votação. Até entendo a posição dos Deputados, que é legítima, mas isso só poderá ser feito logo depois da aprovação do referido projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Esta Presidência se sente satisfeita com o encaminhamento dado. O assunto está encerrado.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para uma questão de ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa., desde que não seja sobre o assunto. Se for a respeito de outro assunto, V.Exa. pode prosseguir, Deputada.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para questão de ordem.Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, trata-se de outro assunto, mas acerca do Plano Diretor.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Então prossiga.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, aproveitando a presença do Relator, quero dizer que eu não entendi, com a atenção que tive na leitura do relatório feita na "sala do cafezinho", quais foram os critérios utilizados para que se tivessem novas áreas previstas no substitutivo. Em segundo lugar, quais são os hectares? E quais são as poligonais?

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Deputada Erika Kokay, essa questão da senhora não procede. A questão de ordem deve ser regimental, sobre a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11.12.2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	75

Lei Orgânica do Distrito Federal ou sobre a Constituição. V.Exa. está discutindo o projeto e a discussão deve ser feita na hora da discussão.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, ninguém vai responder isso?

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Na hora em que abriremos o horário para discussão, vamos responder.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Mas ninguém vai responder? Não estou entendendo. Está com muito barulho aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Vamos ter que cortar o microfone do plenário. Cortem o microfone.

O artigo 286 do Projeto de Lei diz o seguinte: "o Poder Executivo terá o prazo de 90 dias, a contar da data da publicação desta lei complementar, para elaborar o memorial descritivo dos perímetros dos macrozoneamentos das zonas e das áreas de proteção de manancial e de interesse ambiental compatíveis com a escala cartográfica."

Em discussão o parecer conjunto da Comissão de Assuntos Fundiários, da Comissão de Desenvolvimento Económico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo e da Comissão de Constituição e Justiça.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o artigo que V.Exa. leu significa — eu queria a atenção dos Parlamentares e da população que nos escuta — que é o Executivo quem vai decidir quais são as poligonais. Significa que vamos aprovar aqui um Plano Diretor de Ordenamento Territorial em que não sabemos, em verdade, o que será contemplado. Não sabemos porque o Executivo que vai dizer quais são essas áreas, delimitá-las e definir qual a metragem de cada uma delas. Portanto, muitas comunidades que aqui estão ansiosas para terem regularizado o seu local de moradia podem estar excluídas, pois não sabemos exatamente quais vão ser as áreas destinadas à expansão urbana. Também não sabemos quais foram os critérios utilizados para incorporar determinadas áreas. Não sabemos por que parte das áreas que estavam inicialmente previstas como área de contenção urbana simplesmente foram transformadas em áreas de expansão urbana, com outra densidade. Não sabemos qual é a metragem de cada uma dessas áreas. Estamos discutindo e aprovando um PDOT aqui que dá um cheque em branco para o Executivo, depois, estabelecer um ordenamento territorial da cidade como ele quiser.

Muito se fala aqui que houve muitas discussões, mas esta é a terceira versão do PDOT. A versão discutida em 3 audiências públicas, que aqui foi citada, não é a versão que estamos discutindo neste momento. Ela foi modificada uma vez com um substitutivo clandestino, paralelo, sem nenhuma formalização, que depois foi



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	76

substituído por esse substitutivo, que fala, inclusive, que tem de constar, para avaliação dos Deputados, o documento técnico e a poligonal, que não estão aqui.

Portanto, nós tivemos muito pouco tempo para esta discussão. Nós discutimos outro projeto, não o projeto que está prestes a sofrer a deliberação — ou não — dos Parlamentares desta Casa.

Nós temos de ter seriedade com a coisa pública e a população tem de saber exatamente se ela será contemplada no seu pleito ou não. Nós estamos falando do Estatuto das Cidades. Nós estamos falando de uma lei maior que está sendo desrespeitada em função do impacto ambiental que os órgãos competentes tiveram 2 dias para analisar. Dois dias para analisar esse substitutivo. Dois dias. Sabem o que isso pode representar? Que esse PDOT pode ser aprovado hoje e, em seguida, questionado na Justiça. E a comunidade não terá nem um tipo de plano diretor de ordenamento territorial.

E digo, para além disso, que o Estatuto das Cidades prevê que sejam divulgados os resultados das audiências públicas, que tenham uma avaliação técnica, mas nada disso foi feito por esta Casa. É uma irresponsabilidade.

Eu gostaria que cada pessoa que aqui está no legítimo direito de lutar pela sua moradia, porque moradia é endereço, tivesse consciência que pode estar sendo enganada por aqueles que querem aprovar um plano de qualquer forma, açodadamente, para atender a interesses empresariais.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, é impressionante como no debate de interesses habitualmente parece prevalecer o interesse individual sobre o coletivo.

Afora os graves problemas jurídicos que esse plano apresenta, afora o fato de que áreas como a dos trabalhadores e trabalhadoras que estão na galeria não constem do plano — e é preciso que se alerte sobre isto: às vezes defendemos uma causa que, em realidade, é dos outros, não é nossa —, o Plano Diretor, nós sabemos, precisa ser um plano para a melhoria da qualidade de vida, e não um mero instrumento de especulação imobiliária.

Sr. Presidente, era preciso que tivéssemos propostas de uma política urbana macro, e, não, especificidades, como mudanças de destinação, ou mesmo meras promessas, cartas de intenção. Nós não temos um plano de metas, não temos a criação de compensações urbanísticas, não temos, ainda, uma gestão orçamentaria participativa como instrumento de planejamento local vinculado ao PDOT, que o Estatuto das Cidades obriga que se tenha. Nós não temos mais aí, Sr. Presidente, a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	77

obrigatoriedade do cumprimento da função social da propriedade. Não temos o fortalecimento da participação social por que tanto lutamos no planejamento e na gestão urbana.

Sr. Presidente, ao invés de enfrentarmos a especulação imobiliária e desestimularmos as invasões, nós criamos zonas para ricos, e o que é pior, com a firme possibilidade de se transformarem não em zonas de contenção, mas, sim, em zonas urbanas. É como "legalizarmos" os rendimentos dos grileiros de terras desta cidade, que deveriam estar na cadeia. Mas, Sr. Presidente, não temos a adoção de padrões urbanísticos diferenciados para abrigar classes de rendas distintas, a preferência para quem precisa de moradia. Sr. Presidente, nós não temos ainda uma regularização responsável dos parcelamentos informais, que se faça detidamente, de acordo com a lei, examinando um por um.

Nós rejeitamos as tais zonas de contenção urbana exatamente porque virarão expansões urbanas, efetivamente, como a regularizar o instrumento da grilagem que destruiu o Distrito Federal, ou não estamos no momento de ordenamento urbanístico.

Sr. Presidente, não protegemos o meio ambiente construído e o patrimônio histórico. Isso, Sr. Presidente, perdoe-me, ainda para completar com a retirada de prerrogativas desta Casa, o que é gravíssimo, é a Casa votando contra si mesma.

Sinceramente, eu preciso dizer a V.Exa. que, neste momento, lamentavelmente, em vez de votarmos como a sociedade espera, baseados no princípio — não são vaias e nem aplausos, porque são passageiros —, em vez de votarmos um plano para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, nós estamos, na realidade, votando um instrumento de especulação imobiliária. Isso é grave. Por isso, nós nos manifestaremos contrariamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como o relatório do substitutivo são das 3 comissões, eu queria que l dos 3 relatores pudesse esclarecer aos demais Parlamentares o Art. nº 108, que diz:

"A estratégia de dinamização, conforme indicado no Anexo II, Mapa 3, Tabela 3C, desta Lei Complementar, deverá ser adotada prioritariamente nas seguintes áreas:

I - Eixo Ceilândia, compreendendo o Setor de Indústrias da Ceilândia, o Setor de Materiais de Construção da Ceilândia e a Área de Desenvolvimento Económico do Descoberto, e as quadras situadas entre a Via MN 2 e Via N5, ao longo do eixo do metrô;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 12 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	78

II - Eixo Taguatinga, correspondendo à via de ligação Taguatinga-Ceilândia e área lindeira à Estrada Parque Contorno - EPCT, na Região Administrativa de Taguatinga;

III - Eixo EPIA, compreendendo o trecho da Estrada Parque de Indústria e Abastecimento, agregando, nas margens da via, os Setores de Oficinas Sul e Norte - SOF/S e SOF/N, o Setor de Indústria e Abastecimento - SIA, o Setor de Áreas Públicas - SAP, o Setor de Clubes e Estádios Esportivos Sul - SCEES, o Setor de Garagens e Concessionárias de Veículos - SGCV, o Setor de Múltiplas Atividades Sul - SMAS, a Rodoferroviária e o Pátio Ferroviário de Brasília - PFB;

IV - Eixo Interbairros, compreendendo as áreas lindeiras à futura via Interbairros;

V - Pólo JK, compreendendo o Pólo de Desenvolvimento Juscelino Kubitschek, a Estação Aduaneira Interior - EAD, a área de Desenvolvimento Económico de Santa Maria e o Setor Meirelles;

VI - Pólo Capital Digital, compreendendo o Parque Tecnológico Capital Digital, na Região Administrativa do Plano Piloto;

VII - Pólo de Agronegócios área I, próximo ao entroncamento das rodovias DF-230 e BR-20, na Região Administrativa de Planaltina;

VIII - Pólo de Agronegócios área 2, próximo ao entroncamento das rodovias DF-230 BR-405, na Região Administrativa de Planaltina.

§ 1º - No lote denominado Área Especial B, do Setor de Indústria e Abastecimento - atual sede da NOVACAP - serão admitidos os usos comercial e habitacional, ficando estabelecido Coeficiente de Aproveitamento máximo igual a 1 (um) e altura máxima das edificações de 26m (vinte e seis metros).

§ 2º - Na área denominada no PDL do Guará como ARPA - Área de Parcelamento Futuro localizada na parcela definida ao norte pelo Lote 6580 do SMAS Trecho I - atual ParkShopping, a leste pela Via EPIA, ao sul pela Via EPGU e a oeste pela via de acesso ao ParkShopping serão admitidos os usos comercial e habitacional, ficando estabelecido Coeficiente de Aproveitamento máximo igual a 2 (dois) e altura máxima das edificações de 26m (vinte e seis metros).

§ 3º - Nos lotes 09, 10 e 11 do Setor de Garagens e Concessionárias de veículos - SGCV - Sul serão admitidos os usos comercial e habitacional.

§ 4º - Nos lotes caracterizados nas matrículas 10.483 e 10.484 do Cartório do 2º, Ofício do Registro de Imóveis, localizados no SAI/Norte juntos à EPIA será admitido o uso comercial, ficando estabelecido Coeficiente de Aproveitamento máximo igual a 1 (um) e altura máxima das edificações de 12m (doze metros).



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 12 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	79

§ 5º - No lote denominado Área Especial 03 do Setor L Norte de Taguatinga será admitido o uso comercial, ficando estabelecido Coeficiente de Aproveitamento máximo igual a 1 (um) e altura máxima das edificações de 12m (doze metros)".

Então, solicito, Sr. Presidente, que os nobres relatores digam de quem são esses lotes. Por que esses lotes foram incluídos no PDOT? Isso não atende à população de baixa renda como está aí. Então, por que eles foram colocados no referido projeto, já que existe o PDL do Guará? De quem são esses lotes? Inclusive, existe até a matrícula do cartório nesse PDOT. A quem interessa a votação desse projeto?

Por isso, eu gostaria que esta Casa fizesse esses esclarecimentos aos Deputados antes da votação: quem os incluiu, de quem são e por que estão no PDOT? Para quando cada Parlamentar apreciar a matéria possa saber o que estão votando e a quem estão beneficiando: a sociedade ou o interesse especulativo imobiliário.

É bom isso ficar claro aqui. Era isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou votar contrário ao projeto do PDOT porque penso que ele possui uma série de fatores que não coaduna com a preservação, em minha opinião, do interesse público.

E é importante que a cidade - e eu volto a reiterar isso - tenha um Plano Diretor de Ordenamento Territorial que, realmente, ordene a expansão urbana dessa cidade, que ordene o crescimento dessa cidade.

É importante que se tenha um planejamento urbano sério! Isso é importante! Isso é uma coisa! Agora, outra coisa é que se faça um plano diretor que atenda aos interesses da especulação imobiliária e não ao interesse da qualidade de vida dos moradores do Distrito Federal. Existem muitas áreas rurais tornando-se urbanas. Dizem assim: "Ah, mas não se está produzindo nada". É área rural que não está produzindo nada. O conceito de área rural não pode ser apenas agrícola, para pecuária. Existem áreas rurais que são de preservação ambiental, que geram recursos hídricos. O que ela produz? Produz recursos hídricos. Aliás, trata-se de um bem que está em falta no mundo e também no Distrito Federal.

Construir um bairro numa área de microbacias, numa área de nascentes, como, por exemplo, o Catetinho, não me parece correto. Não me parece correto com o futuro dessa cidade. Eu penso que o interesse comercial nunca pode sobrepor ao interesse coletivo, ao interesse da cidade, da sociedade, daquelas pessoas que aqui residem.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	80

Eu respeito a opinião de todos, mas a minha é que esse não é um bom projeto para essa cidade. Esse projeto necessita de mudanças para se tornar um bom projeto. Ele piorará o trânsito da cidade, causará danos ambientais irreversíveis. O Catetinho, por exemplo, gera todos os recursos hídricos do Park Way. Onde o Park Way buscará água? Essa é uma discussão, na minha opinião, que tem que ser feita. O Noroeste atenderá a especulação imobiliária, agora, será que beneficiará a população? Prejudicará o trânsito em algumas localidades. Isso não me parece correto.

Eu realizei nesta Casa um seminário técnico para debater profundamente o PDOT. Penso que no projeto há alguns pontos positivos, mas há outros que, na minha opinião, como Parlamentar e cidadão desta cidade, não preservam o interesse público, o coletivo, o interesse da qualidade de vida do futuro desta cidade.

Por isso, o meu voto é contrário ao PDOT.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, galeria, alguns Parlamentares desta Casa dizem que não são contrários à habitação. Eu quero entender essa lógica de não ser contrário à habitação, mas não ser a favor de que se criem novos setores.

Deputado Reguffe, é um enorme engano!

É um gigantesco engano dizer que o Setor Habitacional Catetinho, se efetivado, comprometerá os recursos hídricos. Não comprometerá.

A captação de água que existe hoje no manancial do Catetinho é menos de 0,5% da água consumida no Distrito Federal. Isso quer dizer que se os donos das piscinas do Lago Sul e do Lago Norte, as pessoas que moram em florestas urbanas, reduzissem minimamente o uso dessas piscinas, nós teríamos mais de 0,5%. Isso quer dizer que se o Governo fizer uma campanha, uma simples campanha de bom uso da água no Distrito Federal, conseguiremos mais de 0,5%.

Então, dizer que os recursos hídricos das pessoas que moram no Park Way reduzirão se o Catetinho for efetivado, é um engano. Eu queria informar isso a V.Exa.

Eu queria dizer também, Sr. Presidente, que eu não torço pelo caos! Eu não torço pelo caos! Parece que há Parlamentares que torcem pelo caos quando dizem que o trânsito vai ficar caótico, quando dizem que, aprovando o PDOT, nós teremos uma situação de dificuldade em Brasília. É exatamente o contrário!

Falaram aqui em grilagem oficial. O PDOT não é grilagem oficial! O PDOT não é grilagem oficial! Não votar o PDOT, aí, sim, seria uma omissão oficial nossa. Não votar o PDOT seria uma omissão oficial nossa. Algumas pessoas falaram em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 12 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	81

convencer o Deputado Wilson Lima, o Deputado Rogério Ulysses, o Deputado Bispo Renato, o Deputado Berinaldo Pontes, o Deputado Bruneili, o Deputado Pedro do Ovo, o nobre Líder Deputado Leonardo Prudente, o Deputado Geraldo Naves, o Deputado Alírio Neto, o Deputado Raimundo Ribeiro, o Deputado Cristiano Araújo e o Deputado Dr. Charles. Algumas pessoas buscaram nos convencer de que nós não podemos aprovar o PDOT. Eu quero dizer, na noite de hoje, que não dá para convencer quem não tem como ser convencido. Não dá para convencer o inquilino que mora de aluguel na expansão do Setor O. Não dá para pedir-lhe que continue morando por mais dez anos como inquilino. Não dá! Eu não consigo fazer esse debate. Não dá para convencer o condômino que mora no Setor de Arniqueiras. Não dá!

Ontem, uma promotora, Deputado Geraldo Naves, proibiu que se faça qualquer ação social dentro de Arniqueiras. Ela proibiu! Dá para convencer aquelas famílias que moram ali de que nós não vamos votar o PDOT porque tememos o caos? Não dá para convencer aquela família de Porto Rico. Portanto, não dá para convencer que não vamos votar o PDOT. (Fora do microfone.). Para concluir, Sr. Presidente, eu queria me espelhar no Deputado Geraldo Naves e pedir mais tempo. Tanto falaram aqui. O Deputado Cabo Patrício falou o dobro do que eu estou falando. A Deputada Erika Kokay falou três vezes mais. Então, eu queria pedir a V.Exa. que me dê mais um tempo para falar. Eu falo tão pouco aqui. Eu queria mais de um minuto. Eu queria falar mais de um minuto.

Deputado Geraldo Naves, falou-se aqui em pessoas humildes morarem em Alphaville. Pessoas humildes morarem na DF-140, no Setor Noroeste. Deputado Paulo Tadeu, eu quero dizer, em nome das famílias que não têm habitação, que elas não querem morar no Alphaville! Alphaville? Eu não sei o que é o Alphaville. Elas não querem morar no Setor Noroeste, na DF-140. Elas não podem morar lá e nós sabemos disso. Ora, mas não dá para pregar aqui que segmentos de alta renda e média renda não possam ter moradia. Podem! Podem e devem!

O Setor Habitacional Catetinho está contemplado no PDOT como área de interesse social. A expansão do Paranoá, o Mangueiral, as áreas urbanas, os espaços urbanos vazios em Samambaia. Agora, só para concluir, Sr. Presidente, nós temos que lembrar de uma coisa: quando se fala em PDOT, nós estamos planejando o Distrito Federal para os próximos dez anos. Nós não vamos aprovar aqui e segunda-feira ter (Fora do microfone.). É claro que o Estado vai se preparar! É claro que o Executivo, os governos que virão vão se preparar, vão fazer o que não se fez - talvez com precisão - nos últimos 10 anos. Não dá para defender o caos, e não torço por ele.

Por último, eu quero dizer - alguns amigos até me disseram: "Não fala isso, Deputado.", mas eu quero falar - que quem ganhou o Governo de 2006 não foi o IBAMA! O IBAMA e o Instituto Chico Mendes não foram eleitos para Governar Brasília! Não foram!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 12 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	82

Eu torço - e vou desenvolver todas as ações nesse sentido - para que nós possamos tirar do IBAMA a prerrogativa (fora do microfone). Nós estamos no único estado da Federação em que o IBAMA versa sobre licenciamentos regionais, regionais! É o único. O Deputado Augusto Carvalho tem uma emenda tramitando na Câmara dos Deputados, e eu a apoio na íntegra. O Deputado Rodrigo Rollemberg também apresentou uma emenda, mas, estranhamente, mudou de opinião e a retirou.

É importante que se abra esse debate, e eu quero abri-lo. Eu quero dividir hoje o joio do trigo. Defender habitação com qualidade de vida é defender o meio ambiente.

DEPUTADO BERINALDO PONTES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V.Exa., na condução dos trabalhos, a aplicação do Regimento, inclusive para que a questão do tempo de fala seja respeitado. Está se tornando repetitivo um tema por demais conhecido. Estamos aqui para votar, para trazer para o Distrito Federal um planejamento estratégico para os próximos 10 anos.

Portanto, Sr. Presidente, solicito que o Regimento desta Casa, quanto ao tempo de fala, seja respeitado. V.Exa. tem o instrumento nas mãos que delimita o tempo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Não há mais nenhum inscrito para discutir. Está encerrada a discussão.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes da votação eu gostaria que fosse esclarecido ao conjunto de Parlamentares - pelos Relatores ou por V.Exa., se possível, ou até mesmo pelo Deputado que acabou de falar e disse que todo mundo conhece tudo - a quem pertencem essas áreas, quais são os proprietários, para que os Parlamentares que votarem a favor saibam de quem são. As áreas são particulares, são do SIA, do Setor de Garagens, de Taguatinga, de Ceilândia? Temos de saber de quem são antes de votarmos. Então, eu queria que fosse esclarecida essa questão.

(Assume a Presidência o Deputado Alírio Neto.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Deputado Cabo Patrício, sua solicitação, infelizmente, é humanamente impossível de ser atendida porque a essa altura os cartórios já estão fechados.

Daremos prosseguimento a nossa votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 12 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	83

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 Deputados. Houve 4 votos contrários - Deputados Erika Kokay, Paulo Tadeu, Cabo Patrício e Reguffe.

Em discussão, em primeiro turno, o Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007.

A primeira inscrita é a Deputada Erika Kokay. Como o assunto já foi bastante debatido, seremos rigorosos com o horário e concederemos, impreterivelmente, 5 minutos a cada inscrito.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora) - Sr. Presidente, estou absolutamente impactada, porque, ao reivindicar as prerrogativas deste Poder Legislativo, o nosso microfone foi cortado. Falávamos que nós e esta Câmara temos que realmente discutir o Plano Diretor de Ordenamento Territorial e, para isso, temos de considerar as poligonais, o zoneamento e o ordenamento. Isso é um plano diretor de ordenamento territorial. Se as poligonais não estão estabelecidas, não sabemos qual é o zoneamento, muito menos o ordenamento da área.

Por este projeto, nem temos o conhecimento dos gabaritos, porque eles serão feitos por decreto. Esta Casa legislativa está abrindo mão das suas prerrogativas de realmente discutir um plano diretor de ordenamento territorial. Estamos aqui assinando um cheque em branco para que o Executivo decida. Neste projeto, há mapas que se referem ao projeto anterior, que foi substituído. Estamos discutindo um substitutivo.

Ao tentar estabelecer as prerrogativas desta Casa, o microfone foi cortado. As palavras não podem ser cassadas, em nome da democracia. Não se pode se arvorar na condição de democrata, cassando palavras relativas a questões absolutamente fundamentais para o futuro desta Casa.

Estamos vendo aqui que é preciso discutir mais o Plano Diretor de Ordenamento Territorial. Aqui foi dito que o Catetinho é uma área de interesse social, mas não é isso que está no mapa. O mapa que está aqui mostra que a área amarela é uma área de interesse social. O Catetinho está sinalizado em uma área verde, que significa oferta de habitação. Não está incluído neste mapa ou neste projeto o Catetinho como área de interesse social.

É preciso que tudo isso fique extremamente claro. Sabemos ganhar e perder, mas não aceitamos a vitória construída sobre premissas falsas, sem um debate aprofundado, pela importância do tema que estamos discutindo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	84

Onde estão citadas as áreas de interesse social, não está citado o Catetinho. Parte das áreas de contenção urbana previstas no projeto original foi transformada em área de expansão urbana, reconhecida pelo Secretário como estoque. Estoque significa que um proprietário segurará aquela área para parcelar. Isso é especulação. Não há como esconder o caráter de favorecimento à especulação imobiliária que afronta o Estatuto das Cidades.

Além disso, digo que não é verdade que não queremos aprovar o Plano Diretor de Ordenamento Territorial. Queremos, sim. Não é verdade que não estamos interessados nas habitações de baixa renda, porque há grande demanda. Hoje quem pode comprar uma habitação tipo *Alphaville*, em área rural ou em área de proteção ambiental, pode fazer tudo nesta cidade. Não precisa da revisão do PDOT. Sugerimos que apreciemos aqui apenas as áreas já ocupadas - falo de Arniqueiras, falo do Vicente Pires - e que deixemos a especulação imobiliária para uma apreciação mais aprofundada por esta Câmara Legislativa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Deputada Erika Kokay preferiu ver uma figura a ler o texto. Então, eu gostaria de passar o texto para a Deputada Erika Kokay. Diz o art. 134, § 1º: "Para efeito desta lei, as áreas elencadas nos incisos..." Vou ler só o inciso XXXII, que se refere ao Catetinho: "...são definidas como áreas especiais de interesse social, correspondendo às zonas especiais de interesse social: Setor Habitacional Catetinho." Eu estou com o texto, a Deputada está com a figura.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Esta Presidência, por orientação da Assessoria, quer afirmar o resultado da votação do parecer. Tínhamos 21 Deputados presentes. Cinco se manifestaram contrariamente. Foram eles: o Deputado Chico Leite, a Deputada Erika Kokay, o Deputado Cabo Patrício, o Deputado Paulo Tadeu e o Deputado Reguffe. Portanto, o parecer foi aprovado pela maioria.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero inicialmente destacar - não sei se a Deputada Erika Kokay já o fez - o parágrafo único do art. 6º, para que ele não seja suprimido, uma vez que estamos diante de mais uma prerrogativa deste Poder que será deslocada para o Poder Executivo.

Deputado Wilson Lima, destaco o parágrafo único do art. 6º, que retira uma prerrogativa desta Casa e a remete ao Poder Executivo. É para manter o parágrafo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11/12/2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	85

único do art. 6º, que foi suprimido no relatório, porque ele retira uma prerrogativa desta Casa.

Sr. Presidente, o projeto em votação, o PDOT, traz no seu conteúdo a regularização de várias áreas que vou relacionar: Setor Habitacional do Torto, Setor Habitacional Ponte de Terra, Vicente Pires, Arniqueira, Primavera, Itapoã, Região dos Lagos, Boa Vista, Grande Colorado, Contagem, Mansões Sobradinho, Fercal, Alto da Boa Vista, Nova Colina, Mestre D'Armas, Arapoanga, Aprodarmas, Vale do Amanhecer, Altiplano Leste, São Bartolomeu, Sol Nascente, Bernardo Sayão, Água Quente, Ribeirão, Tororó, Jardim Botânico, Estrada do Sol, Dom Bosco, Taquari. Também vemos áreas de regularização diante das quais podemos citar a Colônia Agrícola ou a área de Sucupira, cujos moradores estão na galeria; a Fercal I; a Fercal II; a Fercal III; Mestre D'Armas I; Mestre D'Armas II; Mestre D'Armas III; Arapoanga I; Arapoanga II; Expansão da Vila São José, em Brazlândia; Queima Lençol, Denocs, Vila Cauhy, Pôr do Sol, Estrutural, CAUB I, CAUB II; algumas áreas do Riacho Fundo I, como expansão; Comunidade Basevi, Engenho das Lages, Parque Sol Nascente, Granja Modelo I e II.

Eu acho que alguns Deputados que me antecederam não sabem onde ficam determinadas áreas aqui. Então, por esse ângulo, o projeto vem colocar ordem, vem regularizar não só os terrenos, vem regularizar a vida das pessoas, a vida das famílias. E mais: há vários setores que são ofertados para novas habitações.

Por este norte, eu queria dizer e vou adiantar o meu voto, que é pela aprovação do projeto, tão só pelo motivo que eu externei aqui. A maioria dos moradores desses bairros é de baixa renda; e essas pessoas precisam de regulamentação das áreas onde moram. Estou votando por isso.

Agora, há pontos no projeto que deveriam ser mais discutidos. Por exemplo: vou tangenciar o art. 108 do projeto, que é uma barbárie! E nós acordamos há pouco, Deputado Rogério Ulysses, que amanhã iremos apresentar uma emenda coletiva suprimindo toda a sua disposição.

Não estou votando em especulação imobiliária! Estou votando na oportunidade que as pessoas têm de terem a sua vida regularizada, juntamente com seus filhos. Se haverá especulação imobiliária, se alguém vai ganhar muito dinheiro, que não é pouco, não é problema meu! O problema é de quem mandou o projeto para esta Casa e vai ocasionar isso.

Repito: não estou votando em especulação imobiliária, se empresas vão ganhar dinheiro ou vão deixar de ganhar. Esse é um problema que teremos que enfrentar no tempo apazado. Ainda há tempo de nos debruçarmos sobre o projeto para avaliarmos essas questões, porque alguns pontos no projeto causam inquietação; não só a todos nós, mas à sociedade como um todo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	86

É preciso que, a par do regramento que vem aí e que colocará ordem no solo do Distrito Federal, tomemos cuidado com isso. Nós não somos crianças, sabemos e conhecemos um pouquinho do Distrito Federal.

Então, o meu voto é direcionado àqueles que estão em áreas irregulares e que não tiveram oportunidade de estarem nas regulares. E nesse ponto de não podermos avançar mais no projeto vai um pouco de contrariedade, mas voto pela regularização, pelo regramento que vai beneficiar as pessoas, principalmente as de baixa renda.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na verdade, o que nós temos aqui, hoje, é quase que um dilema humano. Quando se faz a opção por viver em sociedade, nós, como indivíduo, como pessoa, abrimos de prerrogativas pessoais para concordar com o coletivo, para nos submeter à regra da grande maioria da comunidade.

É óbvio que, em uma sociedade capitalista, alguém, principalmente do mundo empresarial e do negócio, busque lucrar.

É óbvio que esse projeto, sem dúvida, irá beneficiar alguém. Mas também é óbvio que tem muita gente que não tem interesse em aprovar o projeto. Senão vejamos: o aumento de oferta - e o mundo capitalista, todo mundo sabe, tem a chamada lei da procura e da oferta -, o aumento de oferta de terras e de áreas residenciais provocará o quê? Se aumenta a oferta, o preço cai.

Obviamente, eu volto a insistir, a unidade federativa brasileira Distrito Federal é diferenciada das outras unidades federativas. A nossa unidade federativa foi desapropriada: quase todas as áreas são públicas, com algumas exceções, é óbvio. Mas imaginemos o PDL da cidade de Natal, o PDL de Fortaleza, de todas as cidades, que, normalmente, são todas áreas privadas. Esse PDL, ao ampliar área, não beneficiou alguém?

Eu quero, aqui, deixar bem claro que não tenho dúvida de que há muito interesse para se aprovar o PDOT, mas há também muito mais interesse em não se aprovar esse projeto, porque beneficia alguns especuladores que querem inflacionar o mercado imobiliário. E esses especuladores provocaram em Brasília um estrago que esse projeto vem corrigir.

Nós tivemos oferta, e eu acho que tem que haver sempre, sim, para a classe mais humilde. Vamos falar de alguns assentamentos para a classe humilde (eu venho da classe média, sou policial civil e vivo do meu salário): temos Samambaia,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	87

Recanto das Emas, Riacho fundo I, Riacho Fundo II, Santa Maria, São Sebastião, Paranoá, **Itapoã**, ampliação de Planaltina, vários assentamentos.

E qual foi a vantagem, o benefício para a classe média? O que sobrou para a classe média de política habitacional nesta cidade? Cair na mão do universo especulativo, ser explorado. O preço do imóvel, **hoje**, em especial na minha cidade, o Guará, é o mais caro metro quadrado dessa cidade. O mais caro, se é possível alguém que vive de salário pagar o preço de uma casa ou um apartamento nesta cidade.

Por que interessa para algumas pessoas, que não querem assumir, não aprovar o projeto? Para beneficiar o universo especulativo.

E o projeto beneficia, sim, a população carente. Mas cria também a oportunidade de uma ampliação planejada, dá oportunidade à classe média de buscar uma moradia digna com a titularização.

Nós não vamos precisar mais, classe média, comprar terrenos em condomínios que não tenham documentos. É um risco para nós. Quem é que quer investir seu dinheiro em uma terra que não tem documento, se não for a única opção? Se não for a única saída? Quem quer se arriscar a investir seu patrimônio em uma terra que não tem escritura, se não for o desespero de buscar a moradia, aquele templo sagrado de qualquer ser humano, de qualquer família?

Eu tenho certeza de que as pessoas que hoje moram em condomínio sabem claramente do que estou falando. Tenho certeza de que as pessoas que estão tentando constituir uma família, casaram e querem ter uma casa, e que conseguiram ter uma renda um pouquinho maior, que não podem entrar nos programas sociais, sabem do que estou falando aqui.

Nós vamos aprovar o PDOT, sim, para dar oportunidade de cair o preço do imóvel nesta cidade!

Nós vamos aprovar o PDOT, sim, para regularizar os assentamentos que foram feitos!

Nós vamos aprovar o PDOT, sim, nesta cidade, para legalizar o Distrito Federal!

E, acima de tudo, nós vamos aprovar o PDOT aqui, **hoje**, e amanhã, em segundo turno, principalmente para consagrar, sufragar, eleger aquela opção que nós fizemos, como cidadão individual, de respeitar o coletivo, respeitar o Estado de Direito, respeitar a Lei, respeitar a Constituição Brasileira, respeitar o Estatuto das Cidades, respeitar acima de tudo a Lei Orgânica que foi aprovada aqui nesta Casa.

Não tenho vergonha de dizer que tenho orgulho de fazer parte desse Governo, um Governo que legaliza, um Governo que tem coragem de combater invasões, um Governo que tem coragem de encarar as forças especulativas para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 12 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	88

baixar o preço dos imóveis no Distrito Federal, o que nunca ninguém fez nesta cidade!

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para discutir. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, primeiramente, eu gostaria de parabenizar o Deputado Alírio Neto pela clareza no manifesto de sua posição. Eu continuo com algumas preocupações em relação ao PDOT, em especial, do ponto de vista ambiental. Acho que, de fato, poderíamos ter tido mais tempo para analisar o projeto. Na medida em que esse assunto está superado e o projeto está sendo votado, tenho um interesse específico no PDOT. Como as emendas não serão apresentadas hoje... Já tive uma conversa avançada com os técnicos do SEDUMA para que a emenda apresentada por mim, em conjunto com outros Parlamentares, seja acatada amanhã. Do que trata essa emenda? É importante lembrarmos a PELO nº 13, que enquadrou a nossa Lei Orgânica do Distrito Federal ao Estatuto das Cidades. Quando fizemos esse enquadramento, assim o fizemos com vista à regularização fundiária do Distrito Federal, porque uma cidade que existe de fato e não existe de direito é uma excrescência. São Sebastião é uma cidade que existe de fato, mas não existe de direito. Eu moro lá há 26 anos e só tenho uma cessão de direito. Esse é o único documento. As pessoas não conseguem fazer um financiamento em banco, empresas não se deslocam para essas cidades, grandes bancos ali não se instalam.

Sr. Presidente, demais colegas, o único interesse que tenho neste PDOT é incluir a Vila do Boa, a quadra 12 do Morro Azul, o Condomínio Itaipu, o Condomínio Del Rey, o Residencial Vitória, a expansão do Bela Vista, o Morro da Cruz, parte da Vila Nova. São esses os meus pleitos.

Nessa perspectiva, a partir de segunda-feira, poderei andar nesses bairros e dizer que o tempo da gambiarra está com os dias contados, que o tempo da fossa que contamina o lençol freático está com os dias contados, que o tempo da poeira está com os dias contados!

Para isso, quero compromisso do Governo de investir de fato em infraestrutura, esgoto, água pluvial, energia elétrica. Ora, se aqui estamos dizendo que o PDOT pode fazer esse tipo de justiça social, quero do Poder Executivo a garantia orçamentaria de que no Orçamento do ano que vem haverá recurso. Assim conseguiremos provar para o Distrito Federal que o nosso discurso é verdadeiro.

A aprovação do PDOT tem de ser acompanhada de um orçamento que privilegie essas áreas que estão sendo regularizadas. Caso isso não aconteça com a aprovação dessa lei, nossa ação não tem como foco a regularização e a qualidade de vida dos mais pobres. Se, de fato, não houver orçamento e investimento nessas áreas, estaremos apontando num passarinho e acertando em outro.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 de 12 de 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	89

Espero que esse nosso gesto no Poder Legislativo, mesmo com todas as contrariedades, com todas as dificuldades, reflita em benefício coletivo para as áreas mais carentes do Distrito Federal para aquelas pessoas que compraram de boa-fé e foram iludidas pelos grileiros desta cidade.

Que as fossas sejam substituídas por esgoto, que as gambiarras por poste padrão e que a rua receba água pluvial e asfalto, porque só assim essas pessoas sentirão o impacto do Plano Diretor de Ordenamento Territorial.

DEPUTADO BRUNELLI - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero corrigir, Deputado Chico Leite, o que se colocou equivocadamente na parte da manhã.

Eu estou aqui com textos do Tribunal de Justiça do Distrito Federal; um sobre a "Liga de Defesa Nacional" e outro sobre a "Fundação Catavento". Essas duas entidades têm uma lei distrital sobre utilidade pública dentro desta Casa, foram julgadas ações improcedentes ao Ministério Público e dado ganho de causa à Câmara Distrital. Só para mostrar essa questão, Deputado Chico Leite.

Refiro-me também ao equívoco que cometi acerca do clube de vizinhança, porque ele não teve uma ligação pessoal com isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu sei que esse tema já está bastante batido, os Parlamentares já estão exaustos de tanta discussão, mas é bom que as coisas fiquem bem colocadas, senão alguns Parlamentares vêm à tribuna, fazem discursos inflamados e fica parecendo que alguns querem gerar moradia e outros são contra a moradia e o desenvolvimento das cidades, e isso não é verdade.

Eu vim aqui antes como Líder do PT colocar, e vou fazê-lo mais uma vez: nós somos a favor da moradia. Agora, é preciso esclarecer. O Presidente disse que os cartórios estão fechados, mas amanhã vão abrir. Depois da votação na segunda-feira, os cartórios estarão abertos e vamos saber de quem são aqueles lotes. Nós vamos saber! Vai ficar público e notório para todo o mundo. Nós vamos saber! E vamos saber também porque houve crescimento em mais de 20 mil hectares lá na região da 140, na cidade próxima a São Sebastião, Deputado Rogério Ulysses. Um dia, V.Exa., quando estiver vindo para a Câmara Legislativa, vai perceber que a Ponte JK se tornou mais uma estrutural, pela manhã, sentido único para Brasília, no retorno em sentido único para lá. Como se coloca aquela extensão de mais de 15 mil



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	90

hectares naquela região com esse crescimento sem preparar a questão do transporte e outras questões?

Então, alguém está mentido! Com todo o respeito, alguém está mentindo! Temos que esclarecer as coisas aqui. O PDOT é o Plano Diretor de Ordenamento Territorial. Alguns dizem que Brasília está atrasada, que já devia ter feito. Claro tem que fazer para evitar a grilagem de terra, como aconteceu no passado, que foi fruto, inclusive, da ausência e ineficácia do Estado, que não fiscalizou. Eu não conheço nenhum grileiro que tenha ido para a cadeia. Ninguém foi punido, nenhum grileiro.

Agora, querem que os Parlamentares desta Casa - nós do PT não vamos compactuar com isso - legalizemos o ilegal, a imoralidade, a grilagem de terra. Dizem que os cartórios estarão fechados amanhã e vão abrir depois. De quem são aqueles lotes? Por que especificamente aqueles? Inclusive, com número de registro em cartório. Por que essa área está crescendo lá na 140 com aquela proporção? Quem são os políticos que vão ser beneficiados? Quem são os empresários? Quem é que vai dormir pobre e vai acordar rico? Quem é que vai dormir pobre amanhã e no domingo já sabe que está milionário? Garanto que não são as pessoas que estão aqui querendo moradia, porque têm direito. Têm direito constitucional, como foi dito aqui.

É bom que cada voto tenha essa percepção e essa clareza, porque nós vamos estar tranquilos. Queremos o crescimento da cidade, investimento, geração de habitação, mas queremos seriedade e moralidade. Não adianta ir para a imprensa e dizer que é um governo legal, que quer uma "Brasília legal", que tira feirante de Ceilândia, que acaba com a moradia irregular e derruba casa, derruba igreja no Riacho Fundo e depois manda um monstro desse, um *frankstein*, como esse PDOT. Não adianta! O discurso não é a prática

E aí coincide, claro - e já sabemos -, quando, na campanha, fala uma coisa e faz outra; chama o Parlamentar para conversar, faz um acordo e não cumpre; diz que é uma coisa e faz outra. Todo o mundo já sabe. A Deputada Erika Kokay tem uma palavra que diz muito bem o que é isso: é uma síndrome, uma doença, pois vive mentindo o tempo todo.

Agora, nós não vamos compactuar com a mentira nem com a imoralidade e com a ilegalidade. É por isso que o PT, com muita tranquilidade, vai votar não o PDOT do jeito que está. Para provar depois para as pessoas que estão aí - e eu já disse antes no meu discurso - quando voltarem aqui, porque não vai acabar o déficit habitacional e essa cidade vai virar um caos, a responsabilidade de cada um.

É isso, Sr. Presidente.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	91

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a respeito do que o Deputado Cabo Patrício falou... Deputado Cabo Patrício, preste atenção, estou falando sobre o discurso de V.Exa. V.Exa. não ouviu pois estava conversando Não grite, pois o Plenário não permite esse tipo de manifestação.

Olha, nós podemos requerer aos cartórios todo aquele esclarecimento. Eu estou com V.Exa. nesse ponto. Vamos requerer, para saber realmente de quem são as áreas, se foram vendidas, se não foram. Embora não pareça atribuição nossa, é fundamental que esclareçamos. Meu voto foi nessa direção. Não adiantei meu voto em especulação imobiliária ou se alguém vai enricar ou deixar de enricar; votei em favor daquelas pessoas que estão ali e de milhares que estão aí nos condomínios - irregulares sim, Deputado Cabo Patrício. Mas ninguém pode se quedar inerte para não regularizar. Nós temos de regularizar sim. E o projeto do Governo, nessa parte, não é ruim. Só não concordo com aqueles outros itens, inclusive com o artigo 108, e eu espero que esta Casa amanhã se manifeste sobre ele.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM, Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, rapaz do áudio - vamos aumentar, ficar esperto.

O negócio é o seguinte: há horas em que fico pensando, analisando o que pode estar acontecendo. O Brasil é tão bonito... O Brasil é lindo! Tem o Piauí, tem Minas Gerais, tem a Capital, Goiás, o Rio de Janeiro, tem Santa Catarina passando por uma tragédia. E aí nós nos deparamos aqui...

Eu vou usar o mesmo artifício de outro Deputado - viu, Deputado Batista das Cooperativas - que esteve aqui e disse "sobe um Deputado aqui e fica diminuindo nós Parlamentares", e S.Exa. começa a diminuir os outros Parlamentares da base aliada, da base do Governo. É engraçado como são coisas. Como o País é bonito! O rio corre de certa forma...

Eu vejo aqui Deputados falando com muito fervor, como falou o Deputado Berinaldo Pontes, hoje, sobre Planaltina e as áreas que serão beneficiadas pelo PDOT. Vi aqui, acabo de ver, o Deputado Rogério Ulysses falando das partes que serão beneficiadas pelo PDOT, e que precisam ser beneficiadas. Vejo o Deputado Milton Barbosa falar que vai requerer, quer requerer, e quer ver. É um direito! Mas agora, dizer que o Governo Arruda está favorecendo a grilagem de terra? É um blefe! Foi o primeiro governo que teve coragem de combater. Vocês se lembram do Parque da Vaquejada? Quem foi preso lá, com 3 meses de governo? Quem? Grileiro de terra. Foi o único. Mas agora vamos pegar o Governo PT, Deputado Alírio Neto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11' 12' 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	92

Vamos falar da moradia do Governo PT, o que ele quer para o Distrito Federal. Por isso que eles nunca foram a nenhuma reunião do PDOT, Deputado Batista das Cooperativas. É como aquelas casas do Riacho Fundo II. Vão lá, são 2 metros para lá, 1 metro e meio para cá, e uma moradia, uma casa. Vão lá para ver se não é isso! Riacho Fundo II, um caixote que chamam de casa! Chamam de casa! A Estrutural, no Governo do PT, o que era? Vamos lá, gangues, tráfico de drogas... V.Exa. que é delegado sabe muito bem disso, não preciso falar. V.Exa. é Deputado hoje, mas é delegado; Deputado está, mas delegado será sempre. Estrutural, um antro. Hoje, visitem a Estrutural. Vão lá! O Sr. Deputado Rogério Ulysses, Professor de Educação Física, uma das pessoas mais queridas de São Sebastião, conhece a Estrutural. Vai lá para ver. Que cidade bela, que gente maravilhosa, que coisa ganhou o Distrito Federal. E com o PDOT não será diferente.

Veio aqui dizer que eu estava falando asneira, dizendo que era 3% da nossa área destinada. Quem me informou isso foi o Secretário que está aqui, Cassio Tanigushi.

Agora, pregar o pau e falar, eu nunca vi como o PT. Quando está no governo, meu amigo, eles não deixam você falar e não faz o que eles querem - ninguém tem voz.

Já era para ter votado o PDOT aqui, minha gente. Aí, pede vista. Receberam os papéis e fizeram o Deputado Benício Tavares ler tudo ali. E não ficou ninguém aqui para ouvir. Ninguém ouviu! Isso é desmerecer um Deputado, isso é brincar com a nossa inteligência, desrespeitar o nosso dia-a-dia como Parlamentar.

Ficamos aqui, sim, como disse o Deputado Batista das Cooperativas, até uma hora da manhã, até às três, às quatro, varamos, vamos até o dia seguinte, mas vamos votar o primeiro turno do PDOT hoje!

Brasília tem que ser diferente, não pode ser assim, não. Quer combater, quer discutir, discuta, mas não atrapalha o trabalho porque afinal de contas somos Parlamentares e respeitamos o povo de Brasília.

Obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Alírio Neto.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr, Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa, servidores da Casa, nossos amigos da galeria, que muito nos honram com as suas presenças, eu queria, também, fazer aqui um comentário sobre as ponderações do nobre Líder do PT, Deputado Cabo Patrício, em relação à questão do PDOT dos ricos, o PDOT da DF 140.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11' 12 ' 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	93

Agora, é bom lembrar que, em 1997, salvo melhor juízo, estávamos naquele momento no Governo do PT e foi aprovado o PDOT, com toda a margem direita da DF 140 para especulação imobiliária. Em 2005, quando começaram as audiências públicas feitas pelo Governo, a população, os interessados, muitas pessoas questionavam: se do ponto de vista ambiental não há óbice, se do ponto de vista do planejamento urbanístico, as características geomorfológicas do lado direito são semelhantes às características do lado esquerdo, por que as duas não podem ter as mesmas colocações no novo Plano Diretor de Ordenamento Territorial?

É natural que as pessoas que trabalham no mercado imobiliário, que acompanham essas movimentações, procurem áreas e adquiram áreas nesses locais.

Deputado Milton Barbosa, o Lago Sul. Quanto valorizaram as áreas entre a QI 27 e a QI 17, em função da nova ponte? Quanto aqueles imóveis valorizaram? Agora, o Governo não vai fazer a ponte porque vai aumentar o patrimônio de pessoas. Se o vetor de crescimento vai para um determinado lugar, será que o governo vai deixar de fazer a infra-estrutura naquele local, e incentivar o adensamento em determinados locais, porque talvez, ou porque certamente alguém vai ganhar dinheiro com isso? O que tem de errado nisso?

Essa é a pergunta que eu faço.

Vejo que muitas emendas estão sendo apresentadas, os ambientalistas têm participado ativamente aqui nesta Casa, os conselhos de desenvolvimento rural apresentaram, Deputado Batista das Cooperativas, 48 propostas, e praticamente todas elas serão agasalhadas. São mais de 3 vezes de áreas de proteção de mananciais - APM que foram acrescidas em relação ao PDOT anterior. Talvez esse não seja o melhor PDOT, talvez ele não seja perfeito. Eu acredito que ele deve ter muitos defeitos, Deputado Raad Massouh, mas eu creio que ele é o possível. Esta Casa certamente não se furtará do seu dever constitucional de dar uma resposta à população.

Eu não tenho dúvidas da importância da aprovação desse Plano Diretor de Ordenamento Territorial para o povo de Brasília e para todos nós.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra ao Deputado Brunelli.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres pares, todo espaço democrático no regime em que estamos vivendo no Brasil - que não é o de exceção, apesar de entendermos que algumas coisas não são exceção, são pressões, que, muitas das vezes, são legítimas, e algumas passam do limite... Acredito que o Plano Diretor de Ordenamento Territorial para Brasília, segundo o que dizem o Estatuto da Terra e o Estatuto das Cidades, precisa ser efetivado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	94

Há a questão dos condomínios de pessoas de baixa renda, pessoas que realmente implantaram esses condomínios por falta de política habitacional. Não só aqui em Brasília, mas principalmente no Brasil, há um déficit habitacional enorme. A Constituição garante tantas coisas, mas infelizmente não é a realidade para o nosso País.

Nós temos a convicção de que essas pessoas humildes precisam ter a sua escritura, ter o seu pedaço de chão, não os especuladores. Eu nunca defenderei, não gosto desse trabalho de especulação que alguns desses segmentos fazem. Nós somos favoráveis, sim, a realmente haver um Plano Diretor de Ordenamento Territorial a contento da população, a exemplo de Sucupira, da Placa das Mercedes, do Pôr-do-Sol, do Sol Nascente, da Vila Rabelo, do Itapoã, da Estrutural, do Riacho Fundo II, enfim de tantos setores da nossa cidade que precisam ser regularizados.

Essas pessoas estão trabalhando há muito tempo, tiveram muitas das suas casas derrubadas, com tratores à porta. Quantas pessoas deixaram e ficaram em crise por não saber se trabalhavam ou se ficavam em casa? Alguns entravam em depressão; outros, em desespero. Conhecemos isso de perto, Deputado Reguffe. Conhecemos pessoas humildes de perto e conhecemos de ver, de bater na porta, de apresentar propostas, de prestar ajudas humanitárias a essas pessoas. Entendo que política se faz com trabalho, não só com teses. As teses precisam virar uma norma positiva, e essa norma positiva precisa virar incentivos, investimentos que essa Casa vai votar. Essa Casa vai votar a LOA.

O Deputado Rogério Ulysses fez um comentário que eu acho que tem que ser aplicado, tem que ser visto, porque quem vota o orçamento dessa Casa é a representatividade da população, não é a representatividade do patrimônio da população. Eu entendo que o Executivo tem a função de cuidar das coisas do Estado, principalmente do patrimônio que pertence ao povo. Nós Deputados Distritais temos que ouvir a população e traduzir todos seus sentimentos na proporcionalidade que existe aqui, nas relações legítimas de cada segmento formalizado.

Vejo alguns pontos que ainda podem ser aprimorados, alguns retrocessos no artigo 41.118, que retira algumas prerrogativas dessa Casa, que precisam ser corrigidos.

Em nome do crescimento, principalmente da regularização, principalmente daquilo que nós podemos ponderar para o futuro com esses investimentos, com esse custo social que a população tem pagado, precisamos da aprovação com os aperfeiçoamentos devidos a esse texto.

Agora, eu gostaria de convidar os meus nobres pares a refletirem sobre a necessidade de aprimorarmos. É uma norma legal. Acho que todos os Deputados querem votar, mas precisa haver algumas mudanças necessárias. Quero lembrar aqui principalmente do artigo 70 do Plano Diretor Local do Guarã, que proíbe a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	95

outorga onerosa, um calote no Estado. Que tudo aquilo que for mudado e concentrado possa ser feito também para que a população tenha o seu trabalho.

Sr. Presidente, muito obrigado. Essas são as minhas considerações.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário Deputado Wilson Lima que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO D TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM / / 2008

PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)

CCJ CEOP CAS CDDH CEDP CAF CDC CES CSEG CDESC MAT M.DIR. DCOM.ESP.

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S)

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 46107

PROJETO DE LEI Nº(S)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S)

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S)

RECURSO Nº(S)

D REQUERIMENTO Nº(S)

DOUTROS

D VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a):

Executivo

Relator: Deputado(a):

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	A				
	CABO PATRÍCIO	PT		X			
	CHICO LEITE	PT		A			
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT		X			
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	A				
	PAULO TADEU	PT		X			
	PEDRO DO OVO	PMN	A				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT		X			
	ROBERTO LUCENA	PMDB	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	A				
	WILSON UMA	PR	A				
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	TOTAL	----	19	05			

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. *Bernardo Pontes*

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/____Nº____/____

FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 12 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	96

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis e 5 votos contrários.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votamos o PDOT, um dos temas mais polêmicos a serem apreciados e discutimos muito sobre ele. Porém há algumas pessoas que aguardam aqui a apreciação do item nº 30 da pauta.

Solicito que seja feito um acordo com os Líderes - e eu já conversei a respeito com o Deputado Leonardo Prudente - para apreciarmos a matéria somente em primeiro turno, com uma única emenda, que, inclusive, é a deles. O restante discutiríamos amanhã. Esse seria o último ponto de pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Deputado Cabo Patrício, a solicitação de V.Exa. procede, porém penso que deveríamos estendê-la um pouco mais. Acho que deveríamos, então, abrir mão da discussão da matéria tendo em vista que já está tarde e o projeto já está acordado.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Concordo com V.Exa. Que todos abram mão da discussão e passemos à votação.

Quero aqui deixar um abraço ao pessoal do Sucupira, conforme pede o Deputado Benício Tavares.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra ao Deputado Brunelli para declaração de voto. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay para declaração de voto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, esse projeto que acabou de ser aprovado em primeiro turno realmente retira, dentre tantas prerrogativas desta Casa, a prerrogativa de avaliar o impacto da aplicação do coeficiente de aproveitamento máximo que está no artigo 41. Então quero dizer, Sr. Presidente, que todo o perfil do PDOT, em vários aspectos, apresenta a retirada de prerrogativas.

Além disso, quero dizer que escutei aqui críticas a órgãos de controle as quais são inadmissíveis num Poder que só existe a partir do Estado democrático de direito.

Apenas isso, Sr. Presidente, mostro a minha indignação com a discussão que foi aqui feita em alguns aspectos e também com a decisão da maioria desta Casa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	97

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh para **declaração** de voto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa para **declaração** de voto.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para **declaração** de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. **Presidente**, quero apenas dizer que meu voto e o da Deputada Jaqueline Roriz têm aquelas razões às quais me referi durante a discussão. Estou votando da forma como eu já disse: para aquelas pessoas que estão nos **condomínios**, nas áreas passíveis de **regularização**, **pessoas**, sobretudo, carentes. Não estou votando em eventuais especulações que poderão resultar de algumas disposições do projeto.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - No exercício da **Presidência**, farei minha **declaração** de voto, se os demais Deputados assim permitirem.

Na verdade, o debate acalorado, às vezes, nos permite fazer algumas observações. Eu fiz críticas a alguns órgãos **federais**, mas reconheço que exagerei. Acho que não só eu, mas também o Presidente Lula, que tem criticado muito o **IBAMA**. Retiro aqui minhas críticas e espero que o Presidente Lula retire as críticas que tem feito ao IBAMA por impedir o desenvolvimento deste **País**, em especial a construção de hidrelétricas, como S.Exa. tem feito abertamente.

(Assume a **Presidência** o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Convido o Deputado Berinaldo Pontes para secretariar os trabalhos da Mesa.

Item nº 30:

Discussão e **votação**, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.051, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "concede remissão dos créditos tributários decorrentes da cobrança da taxa de ocupação de área pública e dos tributos relativos ao Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal - Simples Candango, instituído pela Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999, aos contribuintes que especifica, e dá outras providências".

Quero lembrar que o projeto recebeu 12 emendas.

A **Presidência** designa o Deputado Geraldo Naves para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Geraldo **Naves**, que emita parecer pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. **Presidente**, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.051, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "concede



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 12 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	98

remissão dos créditos tributários decorrentes da cobrança da taxa de ocupação de área pública e dos tributos relativos ao Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal - Simples Candango, instituído pela Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999, aos contribuintes que especifica, e dá outras providências."

Sr. Presidente, esse projeto recebeu 12 emendas, que serão apreciadas em segundo turno.

O nosso parecer é pela aprovação do projeto, destacando-se as emendas para serem apreciadas em segundo turno. Somos favoráveis.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 24 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer pela Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.051, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "concede remissão dos créditos tributários decorrentes da cobrança da taxa de ocupação de área pública e dos tributos relativos ao Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal - Simples Candango, instituído pela Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999, aos contribuintes que especifica, e dá outras providências.

Sr. Presidente, a matéria foi, no mérito, tratada na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Nós a estamos examinando sob o ponto de vista da sua legalidade. Só o Poder Executivo pode legislar a respeito dessa matéria.

Essa remissão de créditos foi plenamente analisada, em todos os seus aspectos, pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Nós encaminhamos pela sua admissibilidade, deixando de analisar as emendas apresentadas para que sejam apreciadas em segundo turno.

Então, Sr. Presidente, encaminhamos pela admissibilidade do projeto, com destaque para as emendas, para que sejam analisadas posteriormente,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	99

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 24 Deputados.

DEPUTADO BRUNELLI - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de destacar e pedir a votação nominal da Emenda nº I, conforme acordo já feito. Trata-se da remissão para as pessoas da Galeria dos Estados que estão aqui na galeria. Amanhã vamos voltar as demais em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Deputado, a informação da Mesa é que as emendas não foram apreciadas; portanto, elas só poderão ser apreciadas em segundo turno.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito que seja destacada a Emenda nº I para que ela seja apreciada separadamente. As outras emendas ficarão para serem apreciadas em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Deputado Cabo Patrício, as emendas não foram apreciadas...

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito destaque à Emenda nº I para que ela seja apreciada, separadamente, em primeiro turno. As demais podem ser apreciadas em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Para que seja acatada a solicitação de destaque, esta Presidência designa o Deputado Geraldo Naves para proferir o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a Emenda nº 1.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11.12.2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	100

Orçamento e Finanças à Emenda nº I apresentada ao Projeto de Lei nº 1.051, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "concede remissão dos créditos tributários decorrentes da cobrança da taxa de ocupação de área pública e dos tributos relativos ao Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal - Simples Candango, instituído pela Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999, aos contribuintes que especifica, e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos favoráveis à Emenda Aditiva de plenário, de autoria do Deputado Brunelli, que acrescenta ao Inciso V, do art. 1º do projeto, dando-lhe a redação em destaque: os concessionários ou permissionários que ocupam áreas públicas localizados na passagem subterrânea de pedestre entre o Setor Comercial Sul e o Setor Comercial Bancário - RAI.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a Emenda Aditiva nº 1. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação,

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 24 Deputados.

Esta Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Emenda Aditiva nº 1.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda Aditiva nº I apresentada ao Projeto de Lei nº 1.051, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "concede remissão dos créditos tributários decorrentes da cobrança da taxa de ocupação de área pública e dos tributos relativos ao Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal - Simples Candango, instituído pela Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999, aos contribuintes que especifica, e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, em complementação ao parecer já proferido por mim, ressalto que o projeto recebeu 10 emendas, das quais estamos destacando a apreciação apenas da Emenda Aditiva nº 1. A emenda acrescenta o Inciso V ao art. 1º do projeto dando a seguinte redação: "Os concessionários ou permissionários que ocupam as áreas públicas localizadas na passagem subterrânea de pedestre entre o Setor Comercial Sul e o Setor Bancário



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	101

Sul na Galeria dos Estados". Quer dizer, os inclui entre os que serão beneficiados por esta remissão.

No âmbito desta Comissão, encaminhamos pela admissibilidade da emenda. É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre Emenda Aditiva nº 1. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 24 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.051, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNOD 2º TURNOD TURNO ÚNICO
D REDAÇÃO FINAL EM 1 / 12 / 2008

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORAVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEOP CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.
 G PROPOSTA DE EMENDA A LEI ORGANICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) 1051/08
 D PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 D PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 a RECURSO Nº(S) _____
 REQUERIMENTO Nº(S) _____
 DOUTROS _____

GVOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENICIO TAVARES	PMDB	X				
	BERINALDO PONTES	PP	ft				
	BISPO RENATO	PR	ft				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT			X		
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT	A				
	EURIDES BRITO	PMDB	A				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT	X				
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROBERTO LUCENA	PMDB	.		X		
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	WILSON UMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	TOTAL		11		02		

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. BRUNALDO PONTES
CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº /

FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11, 12, 2008	10h30min	43ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	102

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 22 votos favoráveis. Houve 2 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra ao Deputado Brunelli para declaração de voto.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero agradecer à bancada do PT, que teve essa sensibilidade - aos outros pares também - para proceder a essa votação. Agradeço a deferência para que pudéssemos trazer à Casa esse pleito popular que, tenho certeza, vai garantir a qualidade dos trabalhos desses nobres comerciantes, pessoas que fizeram esse trabalho.

Parabénsavocês!

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 21, de 06/02/2009, juntamente com a ata sucinta da 43ª Sessão Extraordinária.)

Apreciação em bloco dos seguintes itens:

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 313, de 2008, de autoria do Deputado Rogério Ulysses, que "hipoteca homenagem aos policiais militares da 17º CPMInd. que especifica".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 312, de 2008, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que "parabeniza e apresenta votos de louvor a todos os mecânicos do Distrito Federal e à Associação das Oficinas de Auto Mecânica e Similares de Taguatinga, na pessoa de seu Presidente, Sr. José Alves dos Santos, pelo Dia do Mecânico a ser comemorado no dia 20 de dezembro".

Em discussão as moções em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 12 2008	10h30min	43ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	103

Os Deputados que aprovam as moções permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As moções estão aprovadas com a presença de 22 Deputados.

Esta Presidência avisa a todos os Deputados e Deputadas que amanhã a sessão extraordinária está convocada para as 10h da manhã.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 21, de 06/02/2009, juntamente com a ata sucinta da 43ª Sessão Extraordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Eu queria fazer um comunicado da Presidência: uma errata da leitura de expediente lido na sessão ordinária. Onde se lê "46 indicações do Deputado Berinaldo Pontes e Mensagem nº 431, de 2008, do Poder Executivo", leia-se: "47 indicações do Deputado Berinaldo Pontes e Mensagem nº 437, de 2008, do Poder Executivo". Nesse sentido, solicito a sua retificação.

Agradeço a todos que colaboraram para a realização desta sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21h51min).

(Documento a que se referiu o Deputado Chico Leite em seu pronunciamento à fl. 14:)

Artigo;

O engenheiro na sociedade

Francisco Machado

Quando uma criança fica fascinada ao contemplar, pela primeira vez, uma cidade, com seus arranha-céus e viadutos, uma indústria com suas máquinas e equipamentos ou uma lavoura que produz alimentos, está nascendo naquele momento mágico, consciente ou *inconscientemente*, o sonho de ser engenheiro.

Ser engenheiro é um processo mental que tem início, mas não tem fim; é idealizar e sonhar por empreendimentos a serem implementados e construídos. Quase tudo que se vê passa pelas mãos de um engenheiro, que, primeiro, idealiza, depois projeta e em seguida implementa e constrói.

Desde os objetos de uso pessoal, passando pelas utilidades domésticas, de escritório, vestuário, alimentação, até o sistema de transporte, habitação, saneamento, energia, comunicações, meio ambiente, abastecimento d'água, equipamentos médicos, odontológicos, robóticos, enfim, quase tudo teve origem no cérebro de um engenheiro, que transformou a matéria prima em bens duráveis e de consumo, a serviço do cidadão, ampliando e melhorando a qualidade de vida.

Mas o papel do engenheiro não se restringe apenas às ações meramente tecnológicas, mas também se estendem na sociedade, propondo políticas, programas e projetos públicos nos Municípios, Estados e União, junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, de planejamento e controle no âmbito da engenharia, visando o bem estar do ser humano.

É o que determina a Lei 5.194/66, que regula a profissão de engenheiro no Brasil. Ela regulamenta as profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo, criando o CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, que engloba 900 mil profissionais, representando 70% do PIB brasileiro. Hoje, o setor movimenta um mercado de



trabalho cada vez **mais acirrado** e exigente nas especializações e conhecimentos de **tecnologias**, **alimentado** intensamente pelas descobertas técnicas e científicas do **homem**.

Todas as atividades de intervenção do homem sobre a terra dependem da engenharia. Por **isso**, no momento em que o aquecimento global preocupa o ser humano. E, no momento em que as enchentes e outros fenômenos ocupam os **noticiários**, avulta a importância da profissão de engenheiro, que está no olho do furacão. A preservação do meio ambiente deve estar no âmago da profissão de **engenheiro**, desde a concepção do projeto até a sua **implementação**. Ser engenheiro é pensar, **planejar**, observar e realizar a permanente inovação tecnológica, trazendo mudança e prosperidade nos ciclos da civilização, permeando todos os elos e tecidos da **sociedade**, promovendo o desenvolvimento nacional, qualidade de vida, justiça, paz social, felicidade e segurança ao **cidadão**.

Uma nação se faz com engenharia. Aquela criança que um dia ficou fascinada pela cidade, indústria ou **lavoura**, ao realizar seu sonho de ser engenheiro, e, chegando à velhice, pode olhar para trás e dizer: "Fiz a **minha** parte, valeu a pena".

São reflexões que faço por ocasião da Semana do Engenheiro, cujo dia se comemora em 11 de Dezembro. E agora que, pela primeira vez, se sedia nas Américas, a WEC 2008 - a Convenção Mundial de Engenheiros, com cinco mil representantes de todo o mundo aqui em Brasília.

Francisco Machado da Silva é engenheiro mecânico e engenheiro de segurança do trabalho, presidente eleito do CREA-DF para o biênio 2009/2111.

